

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIANA MENDES DE OLIVEIRA

**TRABALHADORES NO OLHO DA RUA: TRABALHO E POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA**

FLORIANÓPOLIS

2015.2

MARIANA MENDES DE OLIVEIRA

**TRABALHADORES NO OLHO DA RUA: TRABALHO E POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento

FLORIANÓPOLIS

2015.2

MARIANA MENDES DE OLIVEIRA

**TRABALHADORES NO OLHO DA RUA: TRABALHO E POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 15 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento

Departamento de Serviço Social – UFSC

Orientador



Prof. Valtter Martins

Departamento de Serviço Social - UFSC

1º Examinador



Mayara de Abreu Stuepp Cardoso

Assistente Social

2ª Examinadora

À classe trabalhadora, quem tudo produz e a quem tudo pertence.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Ana, pela minha formação e educação ao longo da vida. Pela paciência e incentivo diante das incertezas do caminho profissional até que eu chegasse ao Serviço Social e nele me encontrasse. Por todo o esforço enquanto mãe e mulher trabalhadora para proporcionar a mim e aos meus irmãos o sustento material, a formação de caráter e de valores.

Aos meus irmãos, Fernando e Renê, pelo apoio e incentivo.

Aos três, Ana, Fernando e Renê, por compreenderem ao seu modo e ao seu tempo, que a caçula também cresce e que o Serviço Social a torna mais teimosa do que sempre. Acreditem, ela sabe que não vai consertar o mundo, mas não pode deixar de tentar...

Ao meu namorado, Lucas, pela dedicação e paciência durante esses anos de namoro que coincidem com os de graduação. Por todos os momentos de companheirismo e encorajamento durante esses anos.

À amiga Ingrid Oliveira, pela amizade de 12 anos, pelas três refeições de grau juntas, Ensino Fundamental, Médio e Graduação. Por todo companheirismo, e por nos aceitarmos desde sempre com todas as nossas mudanças, desde meninas até nos tornarmos mulheres.

À amiga Francine Pinheiro, por compartilhar comigo todos os momentos de alegria, aflição e ansiedade de cursar e concluir uma graduação. Por todas as palavras de incentivo e apoio diante das decisões e mudanças pelas quais nós duas passamos. Obrigada pela parceria e apoio sempre.

Às amigas, Cássia Mazzaro, Bianca Sell, Paula Flores por todos os bons momentos que proporcionaram, sei que posso contar com vocês enquanto amigas e profissionais. À Edna Regina, por ser exemplo de persistência e por se mostrar sempre disposta a compartilhar sua experiência conosco.

À amiga Angela Medeiros, por ter participado diretamente na minha escolha pelo curso de Serviço Social, por ter me apresentado uma perspectiva política e de vida completamente diversa do que eu conhecia até 2009.

Às colegas Educadoras Sociais do Centro POP, por partilhar dos momentos de aprendizado, alegria e tensão, diante de todos os desafios diários de nosso trabalho. Principalmente à Camila e à Ísis, pela paciência e incentivo, por todas as conversas, conselhos e desabafos.

Aos demais profissionais do Centro POP, por todo trabalho realizado em nossa instituição. Agradeço especialmente à Lorena do Nascimento, minha orientadora de estágio, pela participação indispensável à minha formação, pela dedicação e disponibilidade. À coordenadora técnica Mayara Abreu Stuepp, pela imediata aceitação de compor a banca, pela paciência enquanto chefe e pela coragem de estar num cargo tão desafiador.

Ao professor Valter Martins, por apresentar na primeira fase do curso a categoria Trabalho, pela gentileza e disponibilidade em compor a banca examinadora.

Ao professor Helder Boska, por todo aprendizado ao longo do curso, pela paciência e disponibilidade, por ser alguém sempre disposto a ouvir e auxiliar. Obrigada por se dedicar tanto ao Serviço Social e à População em Situação de Rua. Obrigada pela orientação e incentivo.

A todos os usuários do Centro POP, que com suas histórias e experiências contribuem diariamente para minha formação pessoal e profissional. Gostaria de poder contribuir para suas vidas na mesma proporção que cada um contribui para a minha.

A todos os professores e demais trabalhadores da UFSC, que contribuíram para minha formação, seja com a limpeza das salas, com a preparação das aulas ou por qualquer minuto dedicado direta ou indiretamente a nós estudantes. Cada um de vocês, dos terceirizados aos doutores efetivos, foi muito importante para que eu pudesse chegar até aqui.

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda

*coce, ou se levantem com o pé direito, ou
comecem o ano mudando de vassoura.*

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os
donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns,
correndo soltos, morrendo a vida, fodidos
e mal pagos. Que não são, embora
sejam.*

Que não falam idiomas, falam dialetos.

*Que não praticam religiões, praticam
superstições. Que não fazem arte, fazem
artesanato.*

*Que não são seres humanos, são
recursos humanos. Que não têm cultura,
têm folclore.*

Que não têm cara, têm braços.

*Que não têm nome, têm número. Que não
aparecem na história universal, aparecem
nas páginas policiais da imprensa local.*

*Os ninguéns, que custam menos do que a
bala que os mata.*

(Eduardo Galeano)

OLIVEIRA, Mariana Mendes. **TRABALHADORES NO OLHO DA RUA: TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma reflexão sobre a categoria trabalho relacionada à população em situação de rua. Através de pesquisa bibliográfica realizada principalmente na obra de Maria Lucia Lopes da Silva (2009), e também orientada por obras de Marx, Iamamoto e Netto, a pesquisa analisa de que maneira o processo de trabalho no sistema capitalista, pautado na produção de mais-valia e de um constante exército industrial de reserva, contribui para a produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua. É um tema de

relevância, pois apresenta pouca bibliografia na área do Serviço Social, ao mesmo tempo em que vem se tornando um fenômeno crescente em nossa sociedade. No primeiro capítulo, são apresentadas as principais características da população em situação de rua e realiza-se um debate sobre os diversos determinantes deste fenômeno. O segundo capítulo traz um debate acerca do trabalho e da produção do exército industrial de reserva e o terceiro apresenta um breve relato sobre a experiência de trabalho e estágio no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Florianópolis, vivência que despertou o interesse pelo tema. A pesquisa visa contribuir para a compreensão deste fenômeno e cooperar no sentido de criar ou aperfeiçoar políticas públicas que atendam este segmento. Por fim, apresentam-se as considerações finais, com uma reflexão sobre as categorias abordadas.

Palavras-chave: População em situação de rua. Trabalho. Exército industrial de reserva. Superpopulação relativa.

ABSTRACT

This present academic work shows a reflection about the category labor and your relation with homelessness. Through a bibliographic research based on the title of Maria Lucia Lopes da Silva (2009) and by Marx, Yamamoto and Netto, this research analyses how the work process on the capitalist system, based on the production of a surplus value and a constant industrial reserve army, contributed to the production and reproduction of the phenomenon homelessness. It is a relevant subject because shows a limited bibliography on the social works area at the same time that this phenomenon is growing up in our society. The main characteristics of homelessness and the consequences of this phenomenon are showed in this first chapter of this work. The second chapter brings a discussion about the work and the production of a industrial reserve army and the third chapter shows a brief record about the work experience at the homelessness center at Florianópolis, experience that drum up the interest on this area. The objective of this research is contribute the insight about this phenomenon and cooperate to create public politics that can attend this segment. Finally, this academic work shows the conclusion with a reflection about the categories worked up.

Keywords: Homelessness. Labor. Industrial reserve army. Relative superpopulation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITUAÇÃO E DEFINIÇÃO	13
1.1 Conceito e definição: quem compõe as populações em situação de rua no Brasil?	13
1.2 População em situação de rua: terminologias.....	15
1.3 Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua	16

1.4 Caracterização do fenômeno e características gerais da população em situação de rua.....	19
1.5 População em situação de rua e a relação com o Estado e a política de Assistência Social.....	28
1.6 Surgimento da população em situação de rua e a relação com o processo de produção capitalista.....	31
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: FENÔMENO INTRÍNSECO AO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: TRABALHO E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.....	34
2.1 Trabalho: condição fundamental à vida humana	35
2.2 A dupla dimensão do trabalho no modo de produção capitalista e o trabalhado enquanto condição essencial para o capital	38
2.3 Capital e produção de mais-valia.....	42
2.4 Reestruturação produtiva do trabalho no pós 2ª Guerra Mundial	44
2.5 Reestruturação produtiva no Brasil e reflexos no mundo do trabalho.....	46
2.6 Força de trabalho e jornada de trabalho	50
2.7 Crises do capital e estratégias para expansão do capitalismo	52
2.8 Superpopulação relativa/exército industrial de reserva e a população em situação de rua.....	53
3. EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E ESTÁGIO NO CENTRO POP	57
3.1 O Centro POP.....	57
3.2 O Serviço Social na instituição	59
3.3 A relação com a categoria trabalho e o interesse pela pesquisa.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a categoria trabalho relacionada à população em situação de rua, analisando de que maneira o processo de trabalho no sistema capitalista, baseado na produção da mais-valia e na consequente formação de um constante e crescente exército industrial de reserva, contribui para a produção e reprodução deste fenômeno.

O interesse pela categoria Trabalho manifestou-se já no início da graduação em Serviço Social, uma vez que desde as primeiras fases a analisamos das mais diversas perspectivas, sempre salientando como central e imprescindível para o desenvolvimento do ser social.

Já a temática da população em situação de rua surgiu como motivação para pesquisa a partir da experiência de emprego e estágio no Centro POP - Centro de Referência para População em Situação de Rua do município de Florianópolis, durante o ano de 2014. Como primeira experiência da prática profissional, e já tão diferente de toda realidade vivenciada, o contato com esta população instigou à compreensão de sua dinâmica e suas particularidades.

Durante o estágio, nos atendimentos individuais, nas conversas em grupo com os usuários e profissionais, o trabalho sempre aparecia como questão central, mas, na maioria das vezes, em uma concepção dignificadora e moralizadora. É com a finalidade de superar essa visão simplista e, por vezes discriminatória, que buscamos desenvolver essa pesquisa, a fim de compreender a relação do trabalho, em sua concepção e processo, com a PSR – População em Situação de Rua e as suas implicações, perpassando temas como *exército industrial de reserva*, *mais-valia*, *questão social*, entre outros.

Para realização deste trabalho utilizaremos pesquisa bibliográfica, principalmente pautada na obra de Maria Lucia Lopes da Silva, autora referência no tema no âmbito do Serviço Social, a partir de seu livro Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil, de 2009, que estudou as mudanças recentes no mundo do trabalho e a PSR no país, no período de 1995 a 2005. Os textos de Marx serão, também, importante referência, uma vez que partiremos da visão marxiana de

trabalho, e são estas que orientarão todo o debate no decorrer da pesquisa. Serão referências ainda, dentre outras, as obras de Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto.

A grande questão a ser debatida no decorrer da pesquisa é a relação da população em situação de rua com o crescimento do exército industrial de reserva, compreender de que maneira o processo de trabalho na sociedade capitalista produz e reproduz o fenômeno.¹

Buscaremos compreender também as principais características da PSR, traçando um perfil dessas pessoas, além de debater os diversos determinantes deste fenômeno, que serão apresentados principalmente, no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, trataremos o debate acerca do trabalho, seu processo e a produção do exército industrial de reserva como consequência inerente ao processo de produção capitalista, relacionado ao fenômeno PSR. No terceiro e último capítulo, apresentaremos um breve relato sobre a experiência de trabalho e estágio no Centro POP, que despertou o interesse pelo tema da pesquisa.

Este tema apresenta considerável relevância, pois além de pouco explorado na área do Serviço Social, o fenômeno PSR apresenta perceptível crescimento, o que nos leva a uma busca pela compreensão das causas e consequências disto. Assim, esperamos que esta pesquisa possa auxiliar na compreensão deste fenômeno, contribuindo para a atuação na área, e cooperando no sentido de criar ou aperfeiçoar políticas públicas acessíveis aos indivíduos em situação de rua, inibindo seu crescimento e fortalecendo a luta pela sua superação, ou ainda buscar, mesmo que na rua, garantir a dignidade e os direitos deste segmento populacional.

1 Neste trabalho os termos exército industrial de reserva, superpopulação relativa, massa sobranete serão utilizados indistintamente com o mesmo significado. A categoria será mais explicada no item 2.8 deste trabalho, porém será debatida durante toda a extensão do trabalho.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITUAÇÃO E DEFINIÇÃO

Sob o desafio de estudar a PSR, neste capítulo, vamos definir nossa compreensão acerca deste segmento, buscando definir as características que identificam este grupo, compreendendo sempre o contexto social em que vivem, contextualizando historicamente de maneira breve o seu surgimento na sociedade, bem como seu desenvolver até os dias atuais.

1.1 Conceito e definição: quem compõe as populações em situação de rua no Brasil?

A partir desta referência (SILVA, 2009) sobre o tema, podemos reconhecer e identificar este segmento como um grupo populacional formado por cidadãos com origens culturais e sociais diferenciadas, uma vez que cada indivíduo possui uma trajetória diversa de vida. A conceituação desse grupo é um desafio, pois ele se apresenta em distintas localizações e condições.

Entretanto, diante dessas diversidades, podemos convergir em sua definição quando afirmamos que em algum momento no decorrer de suas vidas, algum tipo de adversidade os atingiu de tal maneira, trazendo-os à condição de vulnerabilidade social extrema, levando-os a utilizar das ruas e logradouros públicos, dos espaços precários ou abandonados e até mesmo de albergues como alternativa de moradia.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), afirma que são múltiplos os grupos de cidadãos que estão na rua, são egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, imigrantes, desempregados, e também os chamados “trecheiros” (pessoas que transitam entre as cidades, caminhando, pedindo caronas, ou solicitando passagens em entidades assistenciais). Mesmo diante de tamanha diversidade de motivações que levam à situação de rua, a Política Nacional traz que no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, utiliza-se a definição de população em situação de rua como

grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (p.8)

O mesmo documento apresenta a definição utilizada no Primeiro Censo Nacional sobre População em Situação de Rua que afirma

o conceito de população em situação de rua refere-se às pessoas que estão utilizando em um dado momento, como local de moradia ou pernoite, espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, a margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. São também considerados componentes da população em situação de rua aqueles que dormem em albergues e abrigos de forma preferencial ou ocasional, alterando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua.

A partir dessas contribuições para a formação de um conceito sobre este segmento populacional, concordamos com o que afirma Costa (2005), ao defini-lo enquanto um grupo composto por homens, mulheres, jovens e até mesmo famílias inteiras, que em outro momento de suas vidas já realizaram alguma atividade laboral que contribuiu fortemente para a constituição de suas identidades enquanto seres sociais. Porém, em determinado momento de suas trajetórias, algum infortúnio ou adversidade os atingiu de tal maneira, trazendo o desemprego ou o rompimento de algum vínculo familiar ou afetivo, levando-os aos poucos à utilização das ruas como espaço de sobrevivência e moradia.

Trazemos, ainda, algumas contribuições de Silva (2009) ao citar as características comuns às pessoas em situação de rua, como a pobreza extrema, a fragilidade ou total interrupção dos vínculos familiares e a inexistência de moradia convencional. Essas condições levam os indivíduos a procurarem logradouros públicos (como ruas, praças, marquises ou viadutos), bem como áreas degradadas (como prédios abandonados ou carcaças de veículos) como espaços de moradia e sustento de forma temporária ou permanente. Alguns utilizam-se de instituições de

acolhimento provisórios, como abrigos, albergues e casas de acolhimento.²

Ainda de acordo com a Política Nacional (2008), salientamos que a rua pode servir tanto de abrigo para os que, estando sem recursos, utilizam-na circunstancialmente para dormir, como pode constituir-se também enquanto local principal de habitação e de estabelecimento de diversificadas redes de relações. O que unifica essas situações e nos permite designar quem as vivencia enquanto populações de rua é o fato de que a partir de condições precárias de vida, essas pessoas utilizam as ruas como abrigo ou moradia, seja circunstancial ou permanentemente.

1.2 População em situação de rua: terminologias

Muitos termos são utilizados para definir este grupo, entretanto, no presente trabalho utilizaremos, dentre outros, os termos *população*, *pessoas e indivíduos em situação de rua*. Vamos ao encontro do que dizem Pereira e Siqueira (2010), ao trazerem que além dessa terminologia ser a mais empregada atualmente, inclusive em documentos oficiais dos Governos, a expressão “situação de rua” atribui a este fenômeno um caráter processual e transitório, focando mais no indivíduo e não na rua, não identificando o indivíduo diretamente com a rua, e sim com a circunstância adversa e possivelmente passageira que o levou à atual condição.

Torna-se importante a questão de uma terminologia que pense mais o sujeito do que a rua, uma vez que desde o seu surgimento³, a população em situação de rua sofre preconceito, que pode ser percebido pelos termos utilizados para designá-

- 2 É importante ressaltar que no município de Florianópolis o encaminhamento para o Albergue Municipal e para as Casas de Acolhimento acontecem via Centro POP e Abordagem Social, e que o número de vagas é ínfimo comparado à demanda. As duas casas de apoio totalizam 55 vagas (todas preenchidas) e o albergue municipal disponibiliza 40 vagas, ambos dependem da desistência/abandono ou do término do prazo de permanência de um usuário para que outro tenha oportunidade. Desta forma, o acolhimento nessas instituições dificilmente se dá como primeira opção para quem se encontra em situação de rua em Florianópolis, já que o fluxo para esses serviços é bastante complexo e muito concorrido. Um projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social denominado “Contagem da População em Situação de Rua de Florianópolis/SC”, ainda em andamento, contabilizou pelo menos 421 pessoas nessa condição no município, ou seja, pelo menos quatro vezes mais pessoas do que vagas.
- 3 Durante o desenvolvimento do trabalho abordaremos o surgimento do fenômeno População em Situação de Rua, principalmente no item 1.5.

los desde os tempos antigos e que ainda perduram em nossa sociedade, como mendigos, pedintes, vagabundos, ladrões, etc.

Silva (2009) propõe também o emprego do termo *população em situação de rua* por considerá-lo o mais apropriado ao designarmos uma situação ou condição social produzida no processo de acumulação do capital na sociedade capitalista, e não uma condição resultante apenas de fatores subjetivos ligados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada. Ou seja, este termo traz, intrinsecamente, a responsabilização do capital e do modo de vida capitalista pela condição desses sujeitos, e não a culpabilização dos indivíduos que a vivenciam.

A autora afirma ainda a pertinência do termo, por aludir, a uma situação decorrente, em última instância, da estrutura basilar do capitalismo, e não apenas das perdas e infortúnios individuais, é uma condição causada pelo capitalismo em seu processo de acumulação de capital, através da produção de uma superpopulação relativa.

1.3 Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua

Entre os anos de 2007 e 2008 realizou-se, através de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, publicada em 2009. A pesquisa foi realizada nos municípios com mais de 300.000 habitantes e em todas as capitais, exceto Belo Horizonte, São Paulo e Recife, pois haviam efetuado pesquisa similar em anos recentes e Porto Alegre que encaminhava uma pesquisa de iniciativa municipal.

A Pesquisa Nacional (2009) apurou, neste dado período, um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados, somados aos valores encontrados nas pesquisas de Porto Alegre, Recife, São Paulo e Belo Horizonte. Estima-se que o número de indivíduos em situação de rua identificados seja de aproximadamente 50.000. Contudo, não devemos tomar este número como

representativo do total de pessoas em situação de rua no país, uma vez que a pesquisa nacional não contabilizou crianças e adolescentes na mesma condição, e também porque não foram realizadas pesquisas em todos os municípios brasileiros. Abaixo alguns dados resumidos sobre os resultados da pesquisa.

A população adulta em situação de rua é majoritariamente masculina, 82%. 53% dos entrevistados têm entre 25 e 44 anos de idade, 69,5% tem entre 25 e 54 anos, o que identifica um grupo em idade economicamente ativa. Entre os homens 43,3% tem entre 18 e 34 anos, enquanto que as mulheres da mesma faixa etária atingem 52,2%. Quando questionados sobre raça/etnia, 29,5% se autodeclararam brancos, 39,1% pardos e 27,9% pretos.

Quanto à formação educacional e escolar, 95% não estudam atualmente, 74% sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% sabe apenas assinar o próprio nome. 2,1% afirmaram frequentar o ensino formal e 1,7% o profissionalizante. 48,4% não concluíram o ensino fundamental e 17,8% não responderam (por não querer, saber ou lembrar) o nível de escolaridade. Somente 3,2% completaram o ensino médio. Entretanto, conclui-se que a maioria seja ao menos alfabetizada, uma vez que analfabetos e analfabetos funcionais correspondem a 25,4% dos entrevistados.

Questionados sobre seu comportamento e histórico de internações, 69,6% afirmaram que costumam dormir na rua, 22,1% em albergues/outras instituições, 8,3% alternam entre a rua e albergues. 46,5% afirmaram preferir dormir na rua, enquanto 43,8% preferem dormir em albergues, destes 67,6% alegam que a preferência advém do receio em relação à violência na rua e 45,2% ao desconforto. Entre aqueles que preferem dormir na rua, 43,9% determinam a falta de liberdade como principal fator da não preferência pelas instituições, seguidos de outros motivos, como a estipulação de horários (27,1%) e a proibição de uso de álcool e outras drogas (21,4%), relacionados à falta de liberdade.

Questionados sobre os principais motivos que os levaram a viver e morar na rua, 35,5% apontaram uso e abuso de álcool e outras drogas, 29,8% desemprego e 29,1% desavenças com familiares. 71,3% dos entrevistados citaram ao menos um desses três fatores, que estão muitas vezes relacionados.

Sobre os vínculos familiares e sociais, 51,9% possuem algum familiar residente na mesma cidade, entretanto 38,9% não mantêm contato e 14,5% mantêm contato muito eventualmente com esses parentes. 34,3% relataram possuir contato mais contínuo, seja diário, semanal ou mensal. 39,2% avaliam como boa ou muito boa a relação que mantêm com os familiares residentes na mesma cidade, 29,3% avaliam como ruim ou péssimo. 23,1% mantêm contato com familiares residentes em cidades diferentes da que se encontram.

Questionados, 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde. Entre os mais citados destacam-se: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). 18,7% fazem uso de algum medicamento, que afirmam (48,6%) conseguir principalmente via postos/centros de saúde. Quando enfermos, 43,8% dos entrevistados afirmaram procurar em primeiro lugar o hospital/emergência e depois (27,4%) o posto de saúde.

Sobre os principais locais utilizados pelos indivíduos em situação de rua para tomar banho são a rua (32,6%), os albergues/abrigo (31,4%), os banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Para fazer suas necessidades fisiológicas, é mais utilizada a rua (32,5%), os albergues/abrigo (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%).

Perguntados sobre trabalho e renda, chegou-se ao percentual de 70,9 de indivíduos que exercem alguma atividade com remuneração, ou seja, esta população é composta majoritariamente por trabalhadores (formais ou não). As principais atividades relatadas foram: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Contrariando o senso comum e preconceituoso, que compreende essa população como composta meramente por "mendigos" e "pedintes", apenas 15,7% dos entrevistados afirmaram pedir dinheiro como principal meio para a sobrevivência, estes são, portanto, minoria.

As principais atividades citadas pelos entrevistados são as relacionadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Sobre os níveis de renda, são baixos, 52,6% recebe entre R\$

20,00 e R\$ 80,00 por semana. 58,6% dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão, mesmo não a exercendo no momento.

Com os dados, é possível perceber que a maioria dos trabalhadores em situação de rua atua no mercado informal de trabalho, uma vez que somente 1,9% dos entrevistados afirmou trabalhar com carteira assinada atualmente. 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada, entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado com carteira assinada, 50% respondeu que isto ocorreu há mais de 5 anos e 22,9% entre 2 e 5 anos.

1.4 Caracterização do fenômeno e características gerais da população em situação de rua

Um dos poucos consensos no que diz respeito ao debate sobre a população em situação de rua é que este fenômeno possui multiplicidade de determinações que conduzem a essa situação.

Um pode ser causa ou consequência do outro. Exemplificando, pode-se dizer que em alguns casos o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares pode estar vinculado ao desemprego e/ou ao alcoolismo e uso de drogas, ou vice e versa. Estes fatores de forma isolada ou inter-relacionados podem conduzir o indivíduo à situação de rua. (FRAGA, 2011 p.29)

Silva (2009) em seus estudos sobre o fenômeno população em situação de rua, buscando defini-lo, estabeleceu seis aspectos característicos desse segmento populacional:

I -Múltiplas determinações: este é o ponto que encontra maior consenso entre os estudiosos do tema. Neste aspecto, fala-se em três determinações, que seriam: a) *estruturais*: como ausência de moradia, trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de grande impacto social, etc; b) *biográficas*: inerentes à história pessoal de cada indivíduo, como ruptura de vínculos familiares, doenças mentais, uso e abuso de drogas, morte de todos os componentes da família, roubo de todos os bens, etc; e c) *fatores ligados à natureza ou desastres naturais*, como terremotos ou inundações.

As determinações mais evidenciadas pela literatura são as rupturas dos

vínculos familiares e comunitários, a ausência de trabalho regular e de renda, além do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como outros problemas advindos da situação de desabrigo. Contudo, é unanimidade que este fenômeno não se realiza a partir de um único motivo, mas de um conjunto de fatores, e que tem suas causas estruturais ligados à estrutura da sociedade capitalista. Possui sua produção e reprodução baseadas nos processos inerentes à acumulação do capital, no âmbito da formação da *massa sobranete* à capacidade do mercado de trabalho, chamado de *exército industrial de reserva* ou *superpopulação relativa*.

II - Compreensão do fenômeno como expressão radical da questão social na contemporaneidade: segundo lamamoto (2004) a questão social deve ser *“apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada”* (p.16).Silva (2009), concordando com lamamoto (2004,2005) e com Netto (2004), reconhece que mesmo com as mudanças nas condições sociais e históricas do cenário que deu origem ao termo “questão social” na Inglaterra dos anos 1830, não devemos considerar que exista uma "nova questão social", como considera Castel (1998) e Rosanvallon (1998), mas compreender que vivenciamos na atualidade uma renovação da "velha questão social", sob novas roupagens e expressões. Segundo Netto (2005. p.160)

Inexiste qualquer "nova questão social". O que devemos investigar é para além da permanência de manifestações "tradicionais" da "questão social", a emergência de novas expressões da “questão social” que é indivisível sem a ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente a cada novo estágio de seu desenvolvimento, como instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas correspondentes à intensificação da exploração, que é a sua razão de ser.

Pode-se então destacar dois aspectos relevantes sobre a questão social, o primeiro que a caracteriza como inerente ao capitalismo, nos levando a assumir que ao pensarmos e analisarmos estratégias de enfrentamento devemos superar as estratégias residuais, pois essas são incapazes de alterar as relações sociais no capitalismo e, conseqüentemente, de superar as suas expressões. E o segundo aspecto é a distinção do caráter histórico da questão social, compreendendo que ela se manifesta de modo específico em cada território, e suas expressões estarão

sempre relacionadas às condições sócio-históricas de cada país.

Iamamoto (2004) vai ao encontro das ideias de Netto ao considerar a questão social como uma expressão ampliada das desigualdades sociais, intrínseca às relações sociais capitalistas e ao reforçar a ideia de que em sua produção e reprodução a questão social manifesta na atualidade, perfis e expressões historicamente particulares.

Silva (2009) ao apresentar as ideias de Iamamoto (2005), traz também o debate da questão social composta por lutas pelos direitos relativos ao trabalho e contra a exploração capitalista. Iamamoto (2005, p.28) afirma que a questão social *"sendo desigualdade, é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem"*. Assim, não configura uma consequência natural da sociedade humana, mas uma reação às desigualdades, expressa na luta e na resistência.

Outra perspectiva de Iamamoto (2005) apresentada por Silva (2009) é a distinção das desigualdades sociais como desigualdades de classes sociais, uma vez que é resultado da contradição, que é base da sociedade capitalista.

Essa concepção contribui para a superação das análises que tendem a naturalizar a questão social e que levam à culpabilização e responsabilização do próprio sujeito pelos problemas que o afetam. Essa visão acaba por gerar respostas e estratégias de enfrentamento fragmentadas e focalizadas, uma vez que desconsidera sua real origem, a relação capital/trabalho e a organização social capitalista.

Iamamoto (2004) afirma que essa tendência à naturalização da questão social é seguida pela conversão de suas expressões em objetos de programas sociais no "combate à pobreza", ou em expressões da violência dos pobres, que obtêm como respostas a segurança e repressão oficiais. Silva (2009) faz relação com a realidade vivida pela população em situação de rua no Brasil que, além de sofrer com massacres e perseguições policiais, é repetidamente responsabilizada pela situação em que se encontra. Iamamoto (2004, p.18) alerta para

[...] o risco de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas, o que deriva na análise dos "problemas sociais"

como problemas do indivíduo isolado e da família, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo.

Enquanto por parte do Estado, em suas três esferas, poucas são as políticas sociais efetivamente acessíveis a esse público, algumas poucas e residuais ações acontecem no âmbito dos abrigos e albergues. Assim, este fenômeno representa expressão radical da questão social na atualidade, materializando a violência do sistema capitalista sobre o ser humano, destituindo-o totalmente dos meios de produção de riqueza e submetendo-os às adversidades extremas de degradação da vida.

III) Localização nos grandes centros urbanos: na atualidade percebemos a numerosa concentração de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos, porém essa característica não é nova no que diz respeito a esse fenômeno. Silva (2009) afirma que este traço se evidencia desde o início do capitalismo, uma vez que esses espaços favorecem a circulação de capital e, apesar da precariedade, é onde surgem as oportunidades e alternativas de trabalho, até mesmo o trabalho na própria rua (coleta de material reciclável e venda informal, por exemplo).

É típico também dos centros urbanos a alta quantidade de atividades econômicas comerciais, bancárias, além de atividades religiosas e de lazer, o que é atrativo para a população em geral e para a população em situação de rua, uma vez que favorece o recebimento de doações e facilita os rendimentos em suas atividades econômicas informais, como guarda de carros, venda de mercadorias de baixo valor e serviços de engraxates, entre outras.

Outro fator a ser associado aos apresentados anteriormente é que as pessoas em situação de rua precisam assegurar o atendimento de suas necessidades básicas. Dessa maneira, é também nos grandes centros que elas procuram garantir, ainda que minimamente, as necessidades naturais de alimentação, abrigo, higiene pessoal, etc. São principalmente nesses locais que se estabelecem as instituições públicas e filantrópicas que atendem esse público, com

disponibilização de alimentação, lavanderias, abrigo, chuveiros, entre outros. Além disso, esses centros urbanos, por suas arquiteturas, ampliam a possibilidade de abrigo e subsistência, com suas praças, viadutos, marquises, bicas, represas, postos de gasolina, etc.

Os fatores citados neste tópico, quando conjugados, nos permitem caracterizar a população em situação de rua como um fenômeno essencialmente urbano, uma vez que municípios pouco urbanizados não oferecem as alternativas de sobrevivência aqui relatadas.

IV) O preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno: Silva (2009) apresenta uma série de denominações utilizadas de maneira pejorativa para titular os indivíduos em situação de rua, que revelam a existência de preconceito social com essas pessoas. Alguns desses termos são: "mendigos", "bandidos", "desocupados", "maltrapilhos", "vadios", "psicopatas", "indesejáveis", entre outros.

A autora fala novamente da constante responsabilização das pessoas pela sua condição, por suas "*imperfeições*" e "*falhas*" de caráter. Borin (2003 p.122 apud SILVA 2009 p.120) fala que "*os moradores de rua são muito estigmatizados pelos cidadãos da cidade. Eles despertam medo, nojo e descaço.*" Eles acabam tratados como ameaça à comunidade, e são alvos de ações higienistas, como massacres, extermínios ou recolhimentos forçados.

Essas práticas, impregnadas de preconceito e discriminação, infelizmente ainda são utilizadas e conduzidas até mesmo por órgãos do Poder Público. Silva (2009) cita o massacre contra pessoas em situação de rua ocorrido em agosto de 2004, que resultou na morte de 7 pessoas, enquanto 9 ficaram gravemente feridas, a autora afirma que apesar do grande apelo causado na imprensa nacional e internacional, até 2009 ninguém havia sido punido pelo ocorrido. Vale lembrar ainda que o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas em situação de rua não se revela apenas no Brasil, mas em todos os países em que o fenômeno se manifesta.

V) Particularidades vinculadas ao território que se manifesta: essas particularidades são decorrentes dos *hábitos, valores e das características*

socioeconômicas, culturais e geográficas que predominam no território. De acordo com Silva (2009), tais particularidades repercutem no perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua, seu tempo de permanência e nas suas estratégias de subsistência.

A autora afirma ainda que algumas particularidades regionais do fenômeno são bem definidas no Brasil, relata que no período mais rigoroso de inverno nas regiões sul e sudeste é menor a percepção do fenômeno, uma vez que essas pessoas buscam se proteger do frio em abrigos e albergues, ou até mesmo deslocam-se temporariamente para outras regiões. Cita também a característica demográfica de Recife, que apresenta um maior número de jovens em situação de rua do que em São Paulo e Belo Horizonte, lembra ainda, que as relações com o trabalho e a família desenvolvem-se de maneira diferente em cada uma dessas cidades. Escorel (2000 p.147 apud SILVA 2009 P.121) declara que

O espaço urbano interfere significativamente nos grupos que se formam na rua - nos tipos de agrupamentos, nas possibilidades de fixação, nas atividades de subsistência que podem ser realizadas, e, em contrapartida, os moradores de rua marcam o tecido urbano. Essas interferências recíprocas podem ser observadas nas diferenças entre os perfis das populações de rua, segundo a cidade em que moram.

VI - Tendência à naturalização do fenômeno: este último aspecto, bastante acentuado no Brasil, é segundo Silva (2009) acompanhado pela ausência de políticas sociais universalizantes, que visem à redução da pobreza e das desigualdades sociais, no sentido de garantir acesso às pessoas em situação de rua e de ampliação da cidadania. Apresenta como característica de sustentação dessa tendência, também, a quase inexistência de dados e informações científicas acerca desse fenômeno, além da convivência incontestável com ele nas grandes cidades.

Esse conjunto de fatores leva à compreensão da situação como um processo natural da sociedade moderna, que necessita apenas de controle para que não comprometa a ordem burguesa, e não como um resultado das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. Uma vez que se atribui aos indivíduos a responsabilidade pela sua situação, desonera-se o sistema capitalista de sua produção e reprodução, além de isentar o Estado do encargo de enfrentá-lo.

Maria Lucia Lopes da Silva (2009) afirma que a caracterização, acima

apresentada, diferencia-se das características gerais das pessoas em situação de rua, apesar disso, elas estão intrinsecamente associadas e constituem *"a substância das propriedades que dão significado ao fenômeno"*(p.123). Ela destaca a *heterogeneidade* como característica dessa população, pois são indivíduos que apresentam origens, interesses, vinculações sociais e perfis socioeconômicos diversificados, não constituindo um único grupo ou categoria profissional. Silva (2009) cita Escorel (2000) para reforçar esta ideia, quando o autor declara que *"o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, há perfis; não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações"*(p.155)

Vieira, Bezerra e Rosa (2004), ao discorrerem sobre o assunto concluem que a rua pode ter, pelo menos, duas perspectivas: a primeira é fornecer abrigo para os indivíduos que, estando sem recursos, ocasionalmente, dormem sob marquises ou viadutos, e a segunda perspectiva é quando a rua se constitui em modo de vida para aqueles que já a instituíram, através de uma complexa rede de relações, como habitat. Classificam assim, de acordo com o tempo de permanência e o grau maior ou menor de inserção nesse habitat, três situações: ficar na rua - ocasionalmente; estar na rua - recentemente; ser da rua – permanentemente.

Diante das diferenças entre o tempo de permanência na rua, as causas imediatas de condução à tal situação e as relações que estabelecem com o trabalho, Silva (2009) destacou três condições comuns que nos permitem identificar as pessoas em situação de rua como um grupo populacional diferenciado:

I) Pobreza extrema: a pobreza extrema definida pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza produzida socialmente caracterizam essa população. A soma desses fatores compõe as condições necessárias à produção capitalista, uma vez que resultam no processo de formação da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que sustenta a oferta e procura de trabalho em consonância com as demandas de expansão do capital. Netto (2007, p.142) faz uma reflexão acerca do tema pobreza e afirma que

[...] nas sociedades em que vivemos - vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, às

determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

Nascimento (2000) discute o conceito de pobreza relacionado ao de desigualdade social, para ele, apesar de próximos, são distintos. Enquanto a desigualdade social está baseada na distribuição diferenciada da riqueza socialmente produzida, a pobreza se define pela incapacidade de prover necessidades básicas. O autor lembra ainda que o conceito de “necessidades básicas” constitui uma definição social e histórica, assim pode variar de acordo com o tempo e espaço.

De maneira geral, Silva (2009) questiona se apenas distribuição equânime da riqueza social eliminaria a pobreza e as desigualdades, uma vez que, no processo de produção capitalista, o trabalhador deixa o processo na mesma condição em que ingressou, *“o trabalhador sai sempre do processo, na mesma condição em que entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-lo em seu proveito.* (Marx, 1988b, p.664).

Compreendemos assim, que a pobreza, no capitalismo, é resultante não apenas dessa diferenciada distribuição, mas da própria estrutura social. Iamamoto (2004 p.16) também reforça essa ideia ao concordar que a pobreza não é apenas o resultado da distribuição de renda, mas que é inerente à própria produção, à própria relação entre as classes, refletindo na totalidade da vida dos indivíduos sociais, em suas necessidades materiais, intelectuais e culturais.

Silva (2009) conclui então que apenas a superação do modo de produção capitalista, por um modo comprometido em socializar tanto os meios de produção como a riqueza socialmente produzida, seria capaz de extirpar a pobreza e as desigualdades sociais. Afirma ainda que a condição de pobreza extrema, acima apresentada, alcança todas as categorias e tipologias de população em situação de rua e é uma condição essencial em sua definição, apesar de, por si só, não defini-las. É uma categoria central em sua definição, uma vez que vincula o fenômeno à estrutura capitalista, reconhecendo que ele é produzido socialmente, no contexto da produção da superpopulação relativa.

II) Vínculos familiares interrompidos ou fragilizados: Silva (2009) parte da

reflexão de família como um *encadeado de relações mutuamente afetivas e protetoras*⁴. A autora relata que apesar de ter os vínculos fragilizados ou rompidos, praticamente a totalidade das pessoas que se encontram em situação de rua possui referência familiar, mas é bastante reduzido o número de pessoas que vive com familiares nas ruas.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) relatam que a família se constitui, principalmente no tocante à classe trabalhadora, num recurso de apoio e solidariedade em situações de dificuldades em suprir as necessidades. Assim, concordam que a vida solitária que a maioria mantém, denota a existência de algum rompimento no nível familiar.

Silva (2009) relata que a visão predominante entre os estudiosos do tema relaciona a fragilização dos vínculos familiares como materialização dos problemas advindos da ordem econômica. Destaca, porém, que existem outros fatores estruturais ou ligados às histórias de vida dos indivíduos que conduzem a essa fragilização e à ruptura desses laços familiares. Temos como exemplo os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância em casos de uso e abuso de álcool e outras drogas, além das desavenças afetivas.

Esta ideia é ratificada por Costa (2005) ao afirmar que

A perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de auto-estima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família.

Ainda assim, na atualidade, o fator econômico, principalmente a ausência de emprego regular e a insuficiência de renda, é predominante.

A autora lembra que a condição aqui explicada exclui algumas categorias, como os catadores de materiais recicláveis e as vítimas de enchentes ou de outras catástrofes de massa, que vivem com suas famílias nas ruas. Consideramos que o rompimento dos vínculos familiares é, então, essencial no estudo da população em

4 A autora utilizou o conceito de família a partir da obra: Desafortunados: Um estudo sobre o povo de rua. Cf. SNOW, David; ANDERSON, Leon. Desafortunados: Um estudo sobre o povo de rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

situação de rua, mas vale lembrar que há, ainda, um pequeno grupo que está na rua com seus familiares ou que conserva o vínculo e mantém contato frequentemente.

III) Inexistência de moradia convencional regular e utilização da rua como espaço de moradia e sustento – por contingência temporária ou de forma permanente: a ausência de uma moradia regular conjugada aos demais fatores já aqui estudados levam à utilização dos logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises, etc.) ou das instituições de acolhida públicas ou privadas, como espaço de moradia e sustento, seja temporária ou permanentemente. Silva (2009) evidencia que alguns autores ressaltam outras propriedades como sendo centrais para caracterizar essa população, citando principalmente a falta de trabalho regular e o consumo frequente de álcool e outras drogas. A autora compreende, porém, que a ausência de trabalho e renda já encontra-se contemplada na noção de extrema pobreza e que o uso contínuo de álcool e demais drogas impõe-se mais como estratégia de subsistência, podendo aumentar a alienação diante da situação de rua, do que diretamente como condição que ajude a definir essas pessoas. Conclui, entretanto, que a noção de população em situação de rua encontra-se em construção, assim é possível que ainda haja aspectos característicos desse contingente populacional não contemplado nos estudos.

1.5 População em situação de rua e a relação com o Estado e a política de Assistência Social

Junto a essas reflexões, trazemos a relação do Estado com a população em situação de rua. Partiremos do entendimento que o Estado representa os interesses da classe dominante, porém *“incorpora as demandas da classe trabalhadora, explicitadas na luta de classes”* (SILVA, 2009, p.29) A partir do seu caráter neoliberal, vemos crescer as políticas seletivas e residuais, no lugar de políticas universalizantes. Silva (2009) afirma que as políticas sociais têm a capacidade de materializar direitos sociais e possibilitam uma redistribuição maior da riqueza socialmente produzida. Entretanto, elas não são capazes de eliminar as desigualdades sociais e muito menos de eliminar o sistema de exploração de classes.

Concordamos, então, com Boschetti (2004) quando declara que mesmo que

sejam incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, essas políticas podem instituir um caminho para a redução das desigualdades. Para isso, porém, precisam superar os simples programas de combate à pobreza extrema e ser incorporadas de maneira pública e institucional como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos.

Quando pensamos as políticas públicas relacionadas à população em situação de rua, suas restrições e critérios de seleção ficam muito evidentes. As formalidades exigidas para participação dos programas sociais constituem um grande limite de acesso. Como exemplo, podemos citar a obrigatoriedade da apresentação de documentos de identificação pessoal e comprovação de endereço residencial.⁵ Sendo a utilização das ruas como espaço de moradia a principal característica dessa população, torna-se inviável a comprovação de residência fixa. Quanto aos documentos, a sua conservação e manutenção nas ruas (sob diversas condições climáticas, assaltos, furtos, e das mais complexas adversidades) torna-se muito difícil, o que faz que muitos desses cidadãos não portem documentos oficiais.

Somados a esses limites burocráticos, Silva (2009) cita a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas e a falta e capacitação dos servidores públicos para lidarem com este segmento populacional. Destaca ainda o preconceito social que estigmatiza esses cidadãos, rotulando-os como “vagabundos”, “preguiçosos” e “bandidos”, considerando-os não merecedores dos direitos sociais.

Boschetti (2003 p.86) afirma que esses critérios formais materializam a seletividade, uma vez que seus objetivos “*não são estabelecer estratégias para ampliar acesso aos direitos sociais, mas definir regras e critérios para escolher, para averiguar minuciosamente quem vai ser selecionado.*” Nessa “peneira” tão estreita, a população em situação de rua tem sido constantemente excluída de acessar os serviços ofertados pelas políticas sociais. Conforme Silva (2009, p.182)

na essência, o estigma social é o mesmo da era pré-industrial, que se reproduziu ao longo da história das sociedades capitalistas. A violência contra esse grupo populacional manifesta-se por meio da repressão policial, da discriminação e também do descaso e do desrespeito.

5 O Centro POP de Florianópolis fornece uma declaração de residência, na qual a instituição é utilizada como endereço de referência do usuário. Entretanto, há constantes relatos de usuários que sofrem preconceito e discriminação quando apresentam uma declaração que revela sua condição.

Silva (2009) traz a ideia de Boschetti (2003, p.52) “a assistência como direito incorporou com toda força o critério da inaptidão ao trabalho”, confirmamos isso ao citar o excerto da constituição que sustenta esta afirmativa:

Art.203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2005, art. 203, grifo nosso)

Percebemos então, que há intervenção da assistência social junto aos inaptos ao trabalho, como crianças, idosos e pessoas com deficiência no sentido de auxiliá-los a suprir suas necessidades e direcionado também ao seu convívio comunitário. Entretanto, a intervenção junto aos demais cidadãos restringe-se à “promoção da integração ao mercado de trabalho”. Ou seja, os pobres aptos ao trabalho permanecem encontrando barreiras para acessarem a política de assistência social. Conforme Boschetti (2003, p.47) essas barreiras decorrem da aptidão ao trabalho

Trabalho e assistência assim, mesmo quando reconhecidos como direitos sociais, vivem uma contraditória relação de tensão e atração. Tensão porque aqueles que têm o dever de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam de assistência social, mas não têm direito a ela. O trabalho, assim, obsta a assistência social. E atração porque a ausência de um deles impele o indivíduo para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito. Em uma sociedade em que o direito à assistência é limitado e restritivo (...) e o trabalho, embora reconhecido como direito, não é assegurado a todos, esta relação se torna excludente e provadora de iniquidades sociais.

A população em situação de rua sofre diretamente com essa relação e é expressão concreta disso. De um lado, não tem acesso ao trabalho formal, que no Brasil garante acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores. Por outro lado, não conseguem acessar as políticas direcionadas aos incapazes ao trabalho (assistência social) por serem aptos ao trabalho, mesmo que não consigam acessar esse direito. Chegam, então, a uma grande degradação da vida humana, uma vez

que além de vivenciar a extrema pobreza, são privados da proteção social.

1.6 Surgimento da população em situação de rua e a relação com o processo de produção capitalista

Segundo Maria Lucia Lopes da Silva (2009) a história do fenômeno população em situação de rua remete ao contexto da acumulação primitiva, quando do surgimento das sociedades pré-industriais da Europa. O processo histórico que dissociou o trabalhador dos meios de produção foi considerado por Marx a pré-história do capital, e foi denominado por ele como *acumulação primitiva*.

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela. (MARX, 1984, p. 262).

O processo de expropriação, via violência ou fraude, das terras dos camponeses, constitui a base da história dessa acumulação primitiva que originou a produção capitalista. Tal realidade forçou esses sujeitos à venda da única mercadoria que lhes restou: sua força de trabalho.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (MARX, 1988b, p.850)

Conforme Silva (2009), o capitalismo pressupõe a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho. Assim, a produção só acontece quando disponíveis as condições de converter o dinheiro em capital, ou seja, quando os proprietários dos meios de produção encontram o trabalhador livre para vender sua força de trabalho. “*Livre por dispor apenas dessa mercadoria para vender, estando inteiramente despojados dos meios necessários à sua concretização*” (p.93).

O grande número de pessoas expulsas de suas terras não foi incorporado

pela indústria que nascia, na mesma velocidade com que se tornava disponível, tanto pela incapacidade dessa indústria, quanto pela dificuldade de adaptação súbita à nova disciplina de trabalho que se impunha.

Afirmção ratificada por Fraga (2011. p.16) ao dizer que

[...] a absorção dos trabalhadores, porém, não se deu integralmente na medida em que, com a grande migração do campo para as cidades, muitos ficaram desempregados e um enorme contingente de trabalhadores foi absorvido por subempregos. Além disso, o trabalho nas grandes cidades não foi uma escolha dos camponeses e trabalhadores rurais, na medida em que tudo que tinham lhes foi retirado de forma coercitiva devido ao processo de industrialização e a expansão do capitalismo no campo, lhes restando apenas seus próprios corpos, e conseqüentemente sua força de trabalho.

Assim, principalmente por força das circunstâncias, muitos desses camponeses se tornaram mendigos ou ladrões, contribuindo para o aparecimento do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental ao final do século XVIII, o que se vincula hoje ao fenômeno PSR.

Desta forma, conforme Silva (2009), o fenômeno população em situação de rua nasce no seio do pauperismo generalizado que a Europa Ocidental vivencia ao final do século XVIII, ao compor as condições históricas essenciais à produção capitalista, destacando aqui a formação contínua de uma superpopulação relativa.

O pauperismo, para Marx (1988. p747)

[...] constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

De acordo com SILVA (2009), o pauperismo é a camada da superpopulação relativa constituída dos aptos para o trabalho, mas que não são incorporados pelo mercado. São os órfãos e filhos de indigentes e dos incapacitados ao trabalho, como idosos, enfermos e pessoas com deficiência.

É a parte da massa sobranete (superpopulação relativa) que sobrevive nas piores condições, sendo sua subsistência dependente de gastos extras, geralmente custeados pelos impostos pagos pelos demais trabalhadores, seja via transferência de renda direta ou através de serviços sociais prestados, encaixa-se aqui grande

parcela da PSR.

De maneira geral, podemos descrever a população em situação de rua como um fenômeno com múltiplas determinações associadas às trajetórias individuais vivenciadas. Tem sua origem na estrutura da sociedade capitalista, a partir do violento processo de expropriação das terras dos camponeses e produtores rurais forçados a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho que começava a se formar com a industrialização europeia.

Entretanto, nem todos foram absorvidos pela produção capitalista, os que foram tornaram-se assalariados sem direitos e os que não foram tornaram-se, conforme Marx (1988), mendigos, vagabundos e ladrões. Muitos ficaram em situação de rua, compondo o fenômeno que se reproduz no processo de criação de uma superpopulação relativa, que tem seu movimento de expansão ou retração condicionado aos interesses de expansão do capital.

Assim, concordando com Silva (2009), concluímos que as condições históricas e estruturais que deram origem e reproduzem continuamente o fenômeno PSR nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e endossam a sua acumulação.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: FENÔMENO INTRÍNSECO AO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: TRABALHO E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Neste capítulo estudaremos a categoria trabalho, partindo da sua compreensão enquanto elemento central no processo de sociabilidade humana e na determinação de seu modo de vida, amparados pelo pensamento marxiano de que o grande diferencial entre os seres humanos e os demais animais determina-se na capacidade humana do fazer consciente. A todo momento buscaremos mostrar a relação entre a categoria trabalho, a população em situação de rua e o processo de produção capitalista, salientado na produção e reprodução de um exército industrial de reserva .

Silva (2009) apresenta a PSR como um fenômeno inerente à sociedade capitalista, ele representa uma síntese de múltiplas determinações, tem sua origem e expansão vinculadas aos processos próprios da acumulação do capital. O fenômeno distingue-se então, por ser produzido socialmente no contexto de formação de uma superpopulação relativa às necessidades médias de expansão do capital.⁶

Outro aspecto imprescindível para estudar o fenômeno população em situação de rua é a busca por compreendê-lo sempre conjugado às condições sociais, culturais e políticas, analisando e decifrando a história, em seu tempo e espaço. É essencial compreender o processo de trabalho e exploração no sistema capitalista, bem como suas determinações nas condições de vida material da população e na produção e reprodução de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, que neste trabalho relacionaremos com o fenômeno PSR.

A reprodução do fenômeno ocorre no processo de criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, cujo movimento de expansão e retração é condicionado pelas necessidades de expansão do capital. Desse modo, as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capital e asseguram a sua acumulação, resguardadas as especificidades históricas,

⁶ Superpopulação relativa é o conjunto de trabalhadores parcial ou temporariamente desempregados, que compõem o exército industrial de reserva, conceito elaborado por Karl Marx que explica a parcela da população que se encontra desempregada ou parcialmente empregada, como resultado da acumulação capitalista. A existência do exército industrial de reserva permite ao capital ter mão de obra suficiente à incorporação imediata sempre à disposição, compondo condição básica de existência para o próprio sistema. Entre as estratégias de aumento de produtividade e enxugamento do número de trabalhadores ativos, destacamos a mecanização, uma vez que substitui o trabalhador pela máquina.

econômicas e sociais. (SILVA, 2009. p. 101 e 102)

Estudar este fenômeno, compreendendo os fatores históricos, econômicos e sociais, nos permite superar a visão culpabilizadora do sujeito pela sua condição, buscando entender estruturalmente as causas dessa situação e ultrapassando a avaliação superficial e individualizadora da questão.

Conforme afirma Iamamoto (2005, p.105)

[...] num contexto de intensa pauperização derivada das políticas concentracionistas de renda e capital, que resultam em uma queda brutal do poder aquisitivo dos salários as necessidades materiais tendem a ser espiritualizadas, transformadas em dificuldades subjetivas do indivíduo para a adaptação social. Assim, questões de economia política transmutam-se em "problemas assistenciais" e os direitos sociais conquistados na luta social são metamorfoseados em "benefícios", vistos como expressões de carências, de dificuldades internas à personalidade do trabalhador.

É fundamental entendermos o modo de produção capitalista, as estruturas que produz e reproduz, e as condições de vida material que impõe aos sujeitos, para a partir disso, conceber a sociedade e a história como mutáveis, porém reconhecendo toda a complexidade implícita nessa possibilidade de mudança.

Este modo da produção não deve ser considerado só segundo o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele já é antes uma maneira determinada de atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. Os indivíduos são assim como manifestam a sua vida. O que eles são coincide portanto com a sua produção, tanto com o que produzem quanto também com o como produzem. Portanto, o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, 1983, p. 187).

2.1 Trabalho: condição fundamental à vida humana

Silva (2009) baseia-se no pensamento de Engels ao citar a ideia do autor que sustenta o trabalho como condição básica e fundamental de toda a vida humana, chegando a afirmar que, em determinado grau e ponto, pode-se atestar que o trabalho criou o próprio homem.

Enquanto os animais têm sua relação com a natureza limitada a um extrativismo instintivo, em sua alimentação e habitação, os seres humanos necessitam do uso de instrumentos que lhes possibilitem acesso aos diversos elementos naturais. O ser humano necessita desses recursos, tanto para proteger seu corpo ante as intempéries da natureza, ao vestir-se e construir moradias, quanto para conseguir seu alimento. O homem transforma e domina a natureza, sujeitando-a a servi-lo de maneira útil para a vida humana.

É a partir dessa modificação a fim de atender suas necessidades, com a produção de seus meios de subsistência, que o homem desenvolve suas potencialidades e sua própria vida. Marx e Engels (2002, p.11) ratificam essa afirmação quando dizem que "*ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.*" Desse modo, o trabalho passa a ser imprescindível à existência humana.

É trabalhando que homens e mulheres superam a determinação das leis naturais e "criam" sua própria natureza, diferem-se dos animais, pois "*o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência*" (MARX, 1989, p.164). Trabalhando, o ser humano cria, a partir do que já existe na natureza, os elementos necessários ao seu exercício e desenvolvimento. Assim, transformando a natureza, o ser humano se transforma.

Silva (2009) sustenta que o que os indivíduos são resulta e depende das condições materiais de sua produção, assim, a maneira como produzem seus meios de subsistência revela um modo de vida, época e lugar determinados. Esse modo de vida reflete o que são, e o que são reflete sua produção, o que e como produzem. Entendemos, então, que

[...] a produção é, pois, uma atividade social e histórica. E como tal, não produz apenas objetos materiais, mas relações sociais entre pessoas, classes, embora essas relações estejam ligadas a coisas e pareçam como coisas. A produção social é também a produção de ideias e representações que expressam essas relações sociais. (SILVA 2009, p.40)

Dessa forma, o trabalho humano, que aparece como atividade do processo de produção social dos meios de vida, é também um princípio estruturante da sociabilidade humana e um diferencial entre o homem e os demais seres, é primordial na formação da sua consciência e na definição de seu modo de vida.

Ainda na perspectiva de distinguir o ser humano dos demais seres, podemos

citar Marx (1988) quando diz que "*a abelha supera mais que um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade*" (p.202). Ideia clarificada por Silva (2009), ao explicar que o trabalho humano imprime na matéria realizada seu projeto antes idealizado, uma vez que se encontra projetado na mente de seu executor antes de ser realizado. Dessa forma, o grande diferencial do ser humano comparado aos animais, se expressa no *fazer consciente*. A relação com o trabalho, a satisfação e o atendimento das necessidades são tão importantes para humanidade, que na visão de Marx e Engels chegam a constituir os primeiros fato e ato históricos. Visão expressa na seguinte passagem

Somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver "para fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida [...]; uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (MARX e ENGELS, 2002 p.21 e 22 apud SILVA 2009, p.42)

Logo, chegamos à compreensão do trabalho, atividade concreta do processo de trabalho, como condição básica de toda a história da humanidade, pois "*a sociedade não para de consumir nem de produzir, pois as necessidades sociais e as formas de satisfazê-las são produtos históricos, portanto, são criadas continuamente e variam de país para país*" (SILVA, 2009. p.42)

Ao considerarmos que as necessidades são atendidas através do trabalho humano, elegemos conseqüentemente o trabalho como fundamental na vida e na história da humanidade, ideia confirmada por lamamoto (2001, p.40) que qualifica o trabalho como "*atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente.*"

É a partir do trabalho que o ser humano passa a existir enquanto ser social, diferenciando-se dos demais seres. O conceito marxiano de trabalho supera a compreensão econômica desta atividade enquanto mera ocupação ou tarefa. Ao compreendermos que o caráter de uma espécie é definido pelo tipo de atividade que

ela exerce na produção e reprodução da sua vida, a atividade vital dos homens é o trabalho, central nas relações sociais entre homem e natureza e entre os próprios homens. É através do trabalho, então, que o homem existe socialmente.

Silva (2009) avança um pouco nessa concepção, refletindo que, para atender as suas necessidades, o homem, através do trabalho, produz objetos, que por meio de sua utilidade convertem-se em valores de uso. Em vista disso, o trabalho passa a ser considerado, além de atividade central na história dos seres humanos e em seu processo de sociabilidade, como condição indispensável à existência humana.

Marx (1988, p.50) legitima essa ideia ao afirmar que este trabalho, criador de valores de uso⁷, em quaisquer que sejam as formas de sociedade, é indispensável à existência do homem, considera-o necessidade natural e eterna de efetivar intercâmbio material entre o homem e a natureza, assim, mantendo a vida humana.

A produção, enquanto ação transformadora da natureza ocorre em determinadas condições históricas e é sustentada pelas relações que os homens desenvolvem mutuamente, o que a torna uma produção social e histórica, que para além de produzir objetos, produz relações sociais entre pessoas, grupos e classes sociais. Entretanto, o trabalho possui duplo significado quando se materializa na mercadoria, Marx (1988, p.54) sustenta que

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso.

2.2 A dupla dimensão do trabalho no modo de produção capitalista e o trabalhador enquanto condição essencial para o capital

É sobretudo o caráter teleológico do trabalho a principal característica de distinção entre animal e homem. Uma vez que o primeiro limita-se ao dispêndio

⁷ O valor de uso de uma mercadoria é determinado de acordo com a utilidade relacionada às suas propriedades físicas; e seu valor de troca varia no tempo e espaço. O valor de troca é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria, através desse valor é possível efetuar a troca. Trocam-se produtos de acordo com o tempo de trabalho despendido para que a mercadoria se realize (tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria). Porém para que algo seja aceito, e se torne uma mercadoria, é necessário que tenha valor de uso.

de energia física, já que não há saber, não há conhecimento aplicado a uma finalidade consciente. Dessa maneira, conforme Bomfim (1996, p. 8)

o trabalho é um ato de pôr-se consciente na realidade, consciente da razão, do porquê do seu fazer, consciente do próprio fazer. No trabalho, o desenvolvimento da consciência é possibilitado pelo enfrentamento do sujeito singular na/com a natureza humanizada. Este enfrentamento engendra uma relação de negação entre ambos, mediante a qual, o caráter teleológico do trabalho humano se constitui. Isto é, sem a capacidade de estabelecer e realizar finalidades o "domínio" da natureza seria impossível ao indivíduo. Seu agir é sempre finalístico, pois é guiado por uma prévia ideação da realidade. Ou seja, há sempre um *telos* guiando o desenvolvimento do agir humano, a despeito de possíveis determinações contrárias à sua efetivação e da lógica social sob a qual se externaliza. A teleologia, assim, explica o caráter do trabalho como um fazer dirigido por uma finalidade estabelecida *a priori* com a função de transformar de forma consciente o mundo material. Uma finalidade que supõe uma dada compreensão do que seja a realidade, e que determina sua apreensão.

Neste trabalho, buscamos compreender a categoria trabalho a partir da visão marxiana, que lhe atribui duplo significado: primeiro como atividade técnica do processo de trabalho, como atividade do ser humano na resposta às suas necessidades, e segundo como condição de criador de novas mercadorias e gerador do valor destas.

Segundo Marx (1985, p.153), o trabalho

[...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e Natureza, condição natural e eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

É no sistema capitalista que o trabalho, antes concreto e social, é transformado em trabalho abstrato e assalariado.

De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado, o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde desvanecem-se as diferentes formas de trabalho concreto e onde elas não distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 1988, p. 54)

Dessa forma, o trabalho em sua dimensão concreta, possui caráter construtor, emancipador, uma vez que está voltado à satisfação das necessidades humanas, contribuindo na transformação do meio para sua satisfação. Há, porém, na dimensão abstrata, uma condição alienante e opressora, uma vez que o trabalhador não interfere nos objetivos e produtos de seu trabalho, não tendo condições de dominar o próprio processo de produção.

Na sociedade capitalista, o trabalho se transforma, tal qual outros bens produzidos, em mercadoria, uma mercadoria diferenciada, uma vez que é a partir dela que todas as outras são produzidas, essa nova mercadoria é geradora de valor e complexifica a concepção e o sentido do trabalho, uma vez que aliena, tira sua propriedade do ser que o produziu.

O que diferencia o processo de trabalho na sociedade capitalista é que nela o trabalho, atividade essencial, é explorado ao ser comprado por um preço sempre menor do que produz, o que gera o processo de alienação. Enquanto o trabalho tem a capacidade de proporcionar a realização social plena do homem, a exploração deste trabalho age inversamente, uma vez que produz a alienação, o homem não se vê no produto de sua atividade.

Há, portanto, uma ruptura na possibilidade de, através do trabalho, se promover a socialização e humanização dos homens, passando à mercantilização gradual dessas relações. Assertiva confirmada por Traspadini (2013, p. 11) ao afirmar que

O trabalho assalariado livre é a falsa aparência de que o trabalhador tem o domínio sobre si mesmo e sobre o que produz, quando em realidade está ainda mais condicionado às amarras que o tornam escravos do capital e do modo de produção de vida na sua fase mais desenvolvida: o trabalho assalariado.

A partir das ideias de Silva (2009), baseada no pensamento marxiano, temos a mercadoria como forma elementar da riqueza. A princípio, as mercadorias se apresentam como valores de uso, que se realizam no consumo, sendo objetos úteis

pela capacidade de atender nossas necessidades. Entretanto, elas só são mercadorias na medida em que são objetos úteis e *veículos de valor*.

O ar, a terra virgem, a floresta natural, por exemplo, são objetos úteis, porém não são valor, uma vez que suas utilidades não decorreram do trabalho humano. Assim, um objeto pode ser útil sem ser valor, mas também pode ser útil, fruto do trabalho humano e ainda assim não ser mercadoria, como os produtos gerados para consumo próprio. Enfim, para ser mercadoria, o valor de uso precisa chegar a quem for servir como objeto útil, tendo destinação social, através da troca. *“Nenhuma coisa pode ser valor se não é útil. Assim, os objetos só se tornam mercadorias quando possuem aquela forma natural, como valor de uso, e a forma de valor”*. (SILVA 2009, p.45).

Continuando na mesma reflexão, *“todas as mercadorias se igualam por possuir uma propriedade comum, o trabalho humano nelas materializado”* (SILVA, p.45),desse modo, mesmo possuindo, enquanto valores de uso, propriedades e utilidades diferentes (carros, talheres, roupas), servindo a necessidades distintas e evidenciando a forma de trabalho que lhe foi aplicado (do engenheiro, do artesão, etc.), toda mercadoria se equipara por materializar em sua essência o trabalho humano. Inclusive, é pela quantidade desse trabalho que se determina o valor de cada uma.

O tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção é que determina o valor das mercadorias. Silva (2009), porém, explica que não se trata do tempo de trabalho individual, mas do trabalho *“humano, homogêneo, abstrato, dispêndio igual de força de trabalho, ou seja, trabalho equivalente a uma força média de trabalho social.”* (p.45). A mercantilização das relações, através da venda da força de trabalho, ampliará a riqueza capitalista produzida para o proprietário privado dos meios de produção.

Dessa forma, o trabalho, atividade vital para o ser humano, se torna alienado, expressando uma relação social baseada na propriedade privada, na produção de mercadorias ao mercado, e na distinção das pessoas entre proprietários ou não dos meios de produção. Percebemos, então, a produção da riqueza social cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dela se dá de maneira privada. Este processo torna o ser cada vez mais alienado

[...] frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano. (ANTUNES, 2005, p. 09)

O valor só é incorporado à mercadoria na medida em que, conforme Silva (2009, p.45) expressa o trabalho humano, “*subordinado à divisão social do trabalho. Seu valor é, assim, uma realidade apenas social, que só se manifesta numa relação social em que uma mercadoria é trocada por outra*”.

A autora clarifica esse pensamento na seguinte passagem

O valor torna-se visível como valor de troca quando as mercadorias se confrontam na troca e o valor passar a ter um valor independente de qualquer mercadoria específica, como dinheiro. A quantidade de dinheiro pela qual se vende ou se compra uma mercadoria é o seu preço. O preço da mercadoria é atribuído pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Na circulação, o dinheiro serve como meio de compra ou pagamento, realizando o preço das mercadorias. Mas só dinheiro não basta; o capitalista quer capital. (SILVA, 2009, p. 45)

2.3 Capital e produção de mais-valia

Silva (2009) explica que para que o dinheiro se torne capital, são necessárias duas etapas. A primeira, ocorrida no mercado, na esfera da circulação, é a conversão do dinheiro que terá a função de capital em meios de produção e força de trabalho. A segunda etapa ocorre na produção, na transformação dos meios de produção em mercadoria, obtendo valor superior à soma do que foi necessário para sua produção, ou seja, a soma dos meios de produção mais a força de trabalho. A partir disso, a mercadoria passa a conter o valor em dinheiro, do que foi gasto nos meios de produção, da força de trabalho, somados ainda à mais-valia. Quando essas mercadorias circularem no mercado, serão vendidas e terão seus valores realizados em dinheiro, e este será convertido em capital.

Silva (2009) afirma que é a repetição do ciclo acima explicado que constitui a chamada reprodução simples do capital, enquanto sua reprodução em escala ampliada constitui a acumulação. Pensamento ratificado por Marx (1988, p.677 apud SILVA 2009, p.46) “*de um ponto de vista concreto, a acumulação não passa da reprodução do capital em escala que cresce progressivamente*”.

A partir disso, no tocante ao valor, o capital se constitui de uma parte

constante – composta pelos meios de produção, cujo valor não se altera durante a produção; e por outra parte variável – convertida em força de trabalho, cujo valor se altera no processo de produção, produzindo além do próprio equivalente, propiciando um excedente: a mais-valia. Com a acumulação progredindo, varia a relação entre capital constante e capital variável, uma vez que às custas da parte variável, ocorre um permanente acréscimo da parte constante.

Silva (2009) baseada nos pensamentos de Marx (1988) traz duas reflexões a respeito das condições históricas à transformação do dinheiro em capital. Primeiramente, salienta que o capital só aparece quando o detentor dos meios de produção encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho. Essa condição histórica determina o que Marx classificou como uma nova época no processo de produção social, a época capitalista.

Ainda seguindo o pensamento marxiano, devemos considerar que o dinheiro só se transforma em capital no processo de produção capitalista. É necessária então, para além da produção e circulação de mercadorias, a condição histórica em que os meios produção estejam apartados da força de trabalho e o produto do trabalho apartado do próprio trabalho, alienando dessa forma a força de trabalho. Assim, o trabalhador, mesmo possuidor da força de trabalho, por não deter os meios de produção, não tem condições de utilizá-la para gerar riqueza em seu próprio proveito. Assertiva confirmada pelo trecho da obra de Marx (1988, p.664)

Para transformar dinheiro em capital, não basta a existência da produção e da circulação de mercadorias. É necessário haver, antes, de um lado, possuidor de valor ou dinheiro, e, de outro, possuidor da substância criadora de valor; de um lado, possuidor dos meios de produção e dos meios de subsistência, e, do outro, possuidor apenas da força de trabalho, tendo ambos se encontrado como comprador e vendedor. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista.

Silva (2009) infere que essa separação não constitui uma relação social comum a outros períodos históricos e também não surgiu de maneira natural, mas resultou de todo o processo histórico anterior. A sociedade capitalista tem sua estrutura procedente da decomposição da estrutura da sociedade feudal. Esse período, marcado por roubos, fraudes e violências que separam o trabalhador de seus meios de produção, compõe o que será denominada a pré- história do capital.

A segunda reflexão sobre a produção da mais-valia está diretamente ligada à primeira, uma vez que a acumulação do capital e mais-valia pressupõe-se mutuamente. A autora atenta que a compreensão do processo de produção da mais-valia é essencial, pois, além de ser a forma de exploração assumida pela sociedade capitalista, as mudanças recentes no mundo do trabalho também têm como principal motivação a constante renovação do padrão de acumulação do capital, pressupondo a mais-valia, seja qual for o padrão necessário à sua viabilização.

Silva (2009) explica que a produção de mais-valia pode ocorrer de duas formas: absoluta ou relativa. A mais-valia absoluta ocorre a partir da extensão da jornada de trabalho, enquanto a relativa resulta da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa das partes componentes da jornada, ou seja, o tempo de trabalho necessário é encurtado, através de métodos que permitem a produção em tempo menor, do que seria produzido no tempo equivalente ao salário (uso de máquinas, por exemplo). Dinâmica explicada por Marx (1988b, p.585) no excerto abaixo

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já está dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

2.4 Reestruturação produtiva do trabalho no pós 2ª Guerra Mundial

Na atual fase de reestruturação produtiva do capital, percebemos a concentração de grandes empresas e a associação de grandes corporações monopolistas, globalizando ainda mais o capital e suas consequências. O interesse na produção de mercadorias e a priorização da valorização do capital acima de qualquer coisa e a qualquer custo, permitem as mudanças no mundo do trabalho que acarretam a crescente precarização das relações de trabalho.

É essencial, conforme Silva (2009) destacarmos a onda recessiva ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, pois a partir desta análise, compreendemos o novo padrão de acumulação do capital, que parte da lógica de evitar a qualquer custo a queda na taxa de lucro, partindo da elaboração de novas formas de exploração do trabalho. Neste contexto, via-se necessária a construção de um novo padrão de acumulação, capaz de deter a queda do lucro. A lógica fordista/taylorista, de produção em massa e consumo massificado já não respondia a essas necessidades de aumento da taxa de lucro. Para tanto, o toyotismo, modelo advindo do Japão, mostra-se eficiente frente a superação da crise, uma vez que seus produtos eram mais competitivos, já que se adaptava melhor às crises de demanda em razão de seu estoque mínimo, das relações de trabalho flexíveis, do maquinário simples e do trabalho em equipe.

A partir dessa reorganização, nota-se a emergência de novos processos de produção que mesclam o taylorismo/fordismo e o toyotismo. Enquanto o primeiro caracteriza-se, basicamente, pela produção em série, padronização dos produtos em um tempo determinado com uma integração verticalizada, separada em postos de comando com uma forte divisão entre trabalho manual e intelectual, uma especialização dos trabalhadores e uma concentração das unidades fabris; o toyotismo destaca-se pelo princípio da externalização e horizontalização da produção, baseado na lógica do estoque mínimo de acordo com a demanda, utilização de trabalhadores multifuncionais e de empresas terceirizadas no processo de produção.

O capitalismo atinge de forma destrutiva as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, uma vez que é a propriedade privada dos meios de produção e o interesse do capitalista que determinam a intensidade do trabalho e a extensão de sua jornada. Apesar de todas as mudanças trazidas pela reestruturação do capital, o principal fundamento do trabalho ainda persiste na máxima de que o homem precisa transformar a natureza para sobreviver. A sociedade capitalista, entretanto, utiliza-se de novas roupagens para fantasiar velhas formas de produzir, fragmentando e precarizando as relações de trabalho, de maneira a aumentar os níveis de mais-valia.

2.5 Reestruturação produtiva no Brasil e reflexos no mundo do trabalho

Silva (2009), ao analisar o contexto entre 1995 e 2005, afirma que a população em situação de rua é uma expressão da questão social, indiscutivelmente é uma expressão das desigualdades produzidas pelas relações sociais do capitalismo, desenvolvidas a partir do fundamento capital/trabalho. Com as constantes e recentes mudanças no mundo do trabalho, como a reestruturação produtiva, a ampliação do desemprego e a precarização do trabalho, expande-se o exército industrial de reserva e aprofunda-se a pobreza, contexto que resulta no crescimento da PSR, uma vez que esta é parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa.

A autora afirma que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho neste período no Brasil, contribuíram diretamente para o crescimento de uma superpopulação relativa, além de aprofundarem a desigualdade social e a pobreza, trazendo as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno população em situação de rua.

Silva (2009) apresenta as mudanças provocadas pelo capitalismo nas duas últimas décadas no que dizem respeito ao mundo do trabalho. Nos países de capitalismo periféricos essas mudanças ocorreram em níveis, formas, ritmos e épocas diferentes, considerando as características sociopolíticas e econômicas de cada um. Entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, o Brasil realizou um ajuste estrutural, baseado na reestruturação produtiva, na reorientação das funções do Estado e na financeirização do capital, fundamentos firmados nos princípios do Neoliberalismo. Como resultado desses ajustes, tivemos efeitos no mundo do trabalho, dos quais podemos destacar o aprofundamento do desemprego, da precarização das condições de trabalho e a queda da renda média real do trabalhador, refletindo diretamente na produção de um expressivo exército industrial de reserva e no crescimento dos níveis de pobreza.

A reestruturação produtiva começa a se apresentar no Brasil na década de 1980, destacando-se na indústria automobilística, por meio de diversas estratégias como a adoção de programas de qualidade total, o envolvimento induzido da força de trabalho em todas as etapas do processo produtivo, renovação dos métodos e processos de trabalho, uso de sistemas de automação e demais iniciativas voltadas

ao aperfeiçoamento tecnológico. Esta reestruturação, segundo a autora, objetiva a redução de custos e a elevação da produtividade, a fim de ampliar a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, marcado pela forte concorrência e pela crescente instabilidade econômica.

Essas alterações na organização do trabalho, na estrutura produtiva e no mercado de trabalho evidenciam-se a partir da década de 1990, quando o Brasil se incorpora efetivamente às políticas neoliberais, com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Este contexto de crise no mercado interno e de abertura comercial ao mercado externo induz as empresas a buscarem novas formas de produção e organização do trabalho, orientadas nos princípios neoliberais e nas diretrizes da “acumulação flexível”, baseados também no toyotismo. Desse modo, as empresas adotaram a utilização de equipamentos de base microeletrônica, redução de cargos hierárquicos, terceirização da mão de obra, trabalhador polivalente (com capacidade de operar várias máquinas ao mesmo tempo), nutrindo o pressuposto da empresa enxuta e competitiva. O contexto marcado pela abertura comercial corrobora para o início de um ciclo de falências, fusões e aquisições nas empresas brasileiras.

Silva (2009) relata que além do estímulo à automação trazido pelo Plano Real, em 1994, um grande impulso é dado à reestruturação produtiva a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Este governo adotou um conjunto de medidas relacionadas à desregulamentação dos direitos sociais, através da flexibilização das leis trabalhistas e da reforma regressiva da Previdência Social, em 1998. No que se refere ao serviço público, ocorreram Programas de Demissão Voluntária e privatizações de empresas estatais, principalmente no âmbito de telefonia e extração de minérios.

Assim sendo a reestruturação produtiva intensificada a partir de 1990 no país teve na abertura comercial ao mercado externo uma das razões para se desenvolver. Essa abertura exigia produtos nacionais variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Isso levou as empresas nacionais a promoverem profundas transformações em seus processos produtivos e modo de gestão da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor dos salários e no aumento da informalidade do trabalho, gerando um quadro de precarização das condições e relações de trabalho de parte expressiva da força de trabalho do país. Com isso, expandiu-se o já significativo exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. (SILVA, 2009, p. 83).

No tocante ao mercado de trabalho, aprofundaram-se os ajustes na segunda metade da década de 1990, constituindo um cenário de ajuste subordinado da economia brasileira ao novo padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo. Compõe-se, segundo Silva (2009), um conjunto de diretrizes designadas a dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas aos padrões internacionais. Tais diretrizes direcionaram os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, caracterizando uma década neoliberal. A ideologia toyostista e seus princípios também foram incorporados pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como exemplo, a autora cita o Plano Nacional de Qualificação do Trabalho – PLANFOR, que compôs uma estratégia de combate ao desemprego, pautada no discurso da qualificação como engrenagem geradora de condições de empregabilidade, financiado principalmente pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Essa estratégia de enfrentamento do desemprego através da qualificação foi adotada em diversos países de capitalismo avançado, durante a estruturação produtiva, amparada no neoliberalismo, um exemplo disso é a Inglaterra, durante o governo Thatcher.

Conforme Silva (2009), de maneira geral, o objetivo é o mesmo nos mais diferentes lugares: o arrefecimento, o abatimento das lutas dos trabalhadores em nome da colaboração de classes. Uma vez que este investimento intensivo na qualificação de trabalhador passa a ser usado como uma tentativa de explicar o desemprego como resultado de uma ausência de qualificação, como inaptidão e incompetência ou outras características individuais dos trabalhadores, ignora-se que o desemprego é consequência e condição estrutural do capitalismo.

Dessa forma, programas como o PANFLOR, além de ineficazes para o combate ao desemprego, produzem efeitos negativos em relação à consciência e à luta dos trabalhadores, uma vez que estes passam a incorporar que a situação de desemprego é provocada por suas opções individuais ao longo da vida. Desfazem-se assim as ideias sobre os processos mais amplos que geram o desemprego e as possibilidades de lutas coletivas a fim de buscar saídas para além da qualificação. A autora traz que as políticas neoliberais associadas à reestruturação produtiva deterioraram as condições e relações de trabalho, modificando a dinâmica da sociabilidade do trabalho no país, degradando-a no sentido objetivo, no que diz respeito à materialidade da organização do processo de trabalho e também no

sentido subjetivo, no plano ideológico e da consciência de classe. No que se refere ao plano subjetivo, percebeu-se uma crise no sindicalismo durante a década de 1990, revelada através da queda do número de sindicalizados e também pela redução do volume e da eficácia da atuação sindical.

Assim, enquanto a década de 1980 foi marcada por um movimento sindical dos trabalhadores com ação marcante e positiva, caracterizado por um intenso movimento de greves gerais em vários segmentos, aumento do número de sindicalizados, além de avanço nas lutas e conquistas referentes à autonomia e liberdade dos sindicatos. Na década de 1990, esse sindicalismo combativo, sob as constantes ameaças de desemprego e precarização, vivencia uma redução das lutas contra as imposições do capital, indicada, entre outras coisas, pela escassez de greves. Alves (2002, p.19) afirma a difícil realidade vivida neste período

[...] além de demonstrar um sintoma das dificuldades de mobilização sindical nas condições adversas de um precário mundo do trabalho, significou o esgotamento relativo do instrumento político de generalização das lutas da classe num contexto de política neoliberal, ofensiva do capital na produção e da constituição de um novo mundo do trabalho. Além disso, representa, é claro, uma debilidade política (e ideológica) das organizações sindicais e da sua capacidade de reagir à ofensiva do capital sob as condições objetivas de um novo regime de acumulação capitalista.

Compreendemos então que as mudanças nos processos produtivos e a reestruturação das empresas vinculadas à desregulamentação dos direitos trabalhistas, ao aprofundamento do incremento tecnológico nos serviços financeiros, ao abatimento do movimento sindical, a partir da década de 1990 e à redefinição do papel do Estado na reordenação do ciclo reprodutivo do capital, marcado pela intensa privatização de empresas estatais e pelo enxugamento do aparelho do Estado foram determinantes nas mudanças provocadas no mundo do trabalho, desestruturando o mercado, as relações e as condições de trabalho e expandindo a superpopulação relativa.

Silva (2009) salienta que a década de 1990 é marcada por um contexto em que as forças conservadoras nacionais conseguem se organizar em torno de um programa direcionado a um novo padrão de acumulação, dando suporte para que o Estado pudesse impulsionar os ajustes necessários à adequação deste novo ciclo

de produção do capital, sob os princípios neoliberais. Formou-se uma coalizão política liberal-conservadora, em torno de um programa econômico voltado à estabilização monetária e redefinição do papel do Estado, capaz de garantir a inserção do Brasil na economia mundial, através de um novo padrão de acumulação, pautado na reestruturação produtiva. Além dos já citados efeitos dessa reestruturação no mundo do trabalho, a autora destaca ainda as mudanças na composição ocupacional, as multífaces do desemprego, o crescimento da informalidade e os limites de proteção social aos desempregados e subempregados.

Compreendemos então, que a partir da década de 1990, as políticas neoliberais avançaram no Brasil, visando a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a reorientação do papel do Estado. Esse conjunto de ações junto ao contexto citado acima contribuiu para o agravamento da desigualdade social, em virtude do aumento da concentração de renda, do crescimento profundo do desemprego, da precarização do trabalho e da queda da renda média dos trabalhadores. A interação desses fatores alavancou a expansão do exército industrial de reserva no Brasil, ampliando os índices de pobreza.

2.6 Força de trabalho e jornada de trabalho

Sob a visão marxiana, Silva (2009) explica que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, concedendo a ele o direito de dispor dela por um tempo determinado. Ele não vende seu trabalho, nem ele próprio, pois o trabalho por si próprio não possui valor, no entanto, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho humano necessário para sua produção e reprodução. Se para a produção da força de trabalho, antes, precisamos da existência do indivíduo em estado normal para o trabalho, logo, a força de trabalho é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários, ao trabalhador médio. Conforme Marx (2005, p.89 apud SILVA 2009, p.50) *“o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.”* Esta assertiva considera a subsistência do cônjuge do trabalhador, do núcleo reprodutivo, capaz de gerar os filhos deste trabalhador, como a continuidade que perpetuará a força de trabalho.

Sobre o uso dessa força de trabalho, Silva (2009) afirma que o limite máximo

da jornada de trabalho é definido a partir de duas variáveis: a primeira compreende o limite físico do trabalhador, considerando que ele tem de atender suas necessidades naturais diariamente (comida, sono, roupa, etc.); A segunda variável trata dos limites impostos ou conquistados no âmbito moral e social, já que o trabalhador precisa satisfazer também as suas necessidades sociais, estas, porém, variam em quantidade e extensão de acordo com a realidade histórica e cultural, e depende, inclusive, da capacidade de mobilização, luta e poder de pressão dos trabalhadores, o que justifica a diversidade de variações de jornadas de trabalho entre países.

A jornada de trabalho no capitalismo constitui uma grandeza constante, porém variável, constituída por duas partes. A primeira constituída pelo tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução da força de trabalho, tempo que determina o salário pago; e a segunda parte correspondente ao trabalho excedente, que é utilizado pelo capitalista, mas que não é pago ao trabalhador. As duas partes compreendem então o trabalho necessário, pago; e o trabalho excedente, não pago. A mais-valia é justamente a parte do valor da mercadoria incorporado por esse trabalho não pago, excedente.

O encadeamento de ideias até aqui expostas evidencia o trabalho, elemento vital ao gênero humano, como central na história da humanidade e estruturante de sua sociabilidade, é pelo trabalho que o indivíduo se afirma como ser social. Porém, na sociedade capitalista a força de trabalho torna-se uma mercadoria especial, criadora de novas mercadorias e valorizadora do capital. Iamamoto (2001, p.40) afirma que

[...] a força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, do mesmo modo que lhe pertencem os meios de produção. Assim é que o trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho.

Conforme Silva (2009), no capitalismo, o trabalho passa a ser visto, essencialmente, como uma expressão da relação social baseada na propriedade privada, no dinheiro e no capital. É, pois, transformado em trabalho assalariado, alienado e fetichizado. Transfigura-se, de atividade primeira de realização do ser humano, em meio de subsistência, sujeitando o trabalhador às leis do capital.

No modo de produção capitalista, o trabalhador possui apenas sua força de trabalho, que necessita vender para garantir a própria subsistência. Essa venda o aliena em relação à sua capacidade criativa de produção e ao produto de seu trabalho. O capitalista, por sua vez, tem o controle sobre o trabalho e detém os meios de produção e os produtos do trabalho. Destarte, a sociedade capitalista é marcada pelas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que se originam da estrutura social que lhe dá sustentação: a divisão em classes sociais, com interesses antagônicos, ou seja, a classe detentora dos meios de produção, que controla o trabalho e a riqueza socialmente produzida, e a classe dos possuidores da força de trabalho, que se mantém e se reproduz pela venda dessa força de trabalho. (SILVA, 2009, p.53)

A relação entre capital e trabalho é, portanto, uma relação de exploração do primeiro em relação ao segundo.

2.7 Crises do capital e estratégias para expansão do capitalismo

O capitalismo tem sua história marcada por crises, que são inerentes à sua própria natureza e resultam das contradições entre suas condições constitutivas. Silva (2009) apresenta, a partir das ideias de Harvey (2004), três dessas condições, que são consideradas inconciliáveis para um desenvolvimento equilibrado do sistema capitalista:

- I) sua orientação para o crescimento, a fim de garantir lucros e nutrir a acumulação do capital;
- II) seu crescimento, em valores reais, baseado na exploração do trabalho vivo da produção, apoiado na diferença entre aquilo que o trabalho cria e o que é apropriado dele, tornando o controle do trabalho na produção e no mercado essencial para a perpetuação do modo de produção;
- III) sua necessária dinamicidade tecnológica e organizacional, para o domínio do mercado e para o controle do trabalho.

O que torna o capitalismo um modo de produção com tendências à crise é, justamente, a impossibilidade de manutenção dessas três condições sem atritos.

Essa predisposição do capitalismo a crises torna-o propenso à produção de fases cíclicas de superacumulação, manifestadas através do desemprego, capacidade produtiva ociosa, excedente de mercadorias e estoques, etc. São crises como as da década de 1930 e 1970, caracterizadas pelo excesso de produção,

enquanto diversas necessidades sociais não são atendidas, marcadas pela fome em meio à fartura.

Silva (2009) relata resumidamente a lei geral da acumulação capitalista para explicar de que maneira o capitalismo cria as condições para sua expansão. Considerando que a procura por trabalho aumentasse proporcionalmente ao crescimento do capital, uma vez que o avanço do processo de reprodução simples e ampliada implica na necessidade de aumento de força de trabalho capaz de gerar, além de todo valor envolvido na produção da mercadoria, a mais-valia. Assim, em determinado ponto, as necessidades de acumulação superariam a oferta de trabalho, acarretando o aumento dos salários, entretanto, isso não é interesse do capitalista. Seu interesse encontra-se na expansão do capital a partir da produção cada vez maior de mais-valia, e não de trabalho pago.

A partir disso, ainda conforme a autora, o próprio capitalismo forja as condições necessárias à sua acumulação e expansão. Chegamos então à formação da população trabalhadora excedente, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

2.8 Superpopulação relativa/exército industrial de reserva e a população em situação de rua

Para a produção capitalista não é suficiente a quantidade de força de trabalho disponível pelo incremento natural da população, ela necessita de um exército industrial de reserva. Para tanto, utiliza-se da elevação da produtividade do trabalho, aumentando o trabalho excedente e induzindo uma parcela dos trabalhadores ao desemprego ou ao subemprego, de acordo com as necessidades de expansão do capital, produzindo um exército industrial de reserva ou uma superpopulação relativa.

A criação da superpopulação relativa, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, é, ao mesmo tempo, produto e condição para a acumulação e para a existência do modo de produção capitalista. Assertiva confirmada por Marx

(1988, p.733-734 apud SILVA, 2009, p. 65)

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população.

A produção e reprodução de trabalhadores desempregados podem ser compreendidas como condição inerente ao capitalismo. Temos, de um lado, trabalhadores superexplorados inseridos no mercado de trabalho, e de outro, trabalhadores que não conseguem acessar este mercado. Conforme Marx (1988), enquanto parte da classe trabalhadora é condenada à ociosidade forçada, outra parte trabalha excessivamente e torna-se fonte de enriquecimento individual do capitalista, acelerando ainda mais o exército industrial de reserva. Assim, por meio da exigência de aumento da produtividade do trabalho, aumentando o trabalho excedente e automaticamente a mais-valia relativa, uma parte dos trabalhadores é conduzida ao desemprego, formando uma superpopulação relativa.

Silva (2009) relata que essa superpopulação relativa existe sob três formas (além do pauperismo): flutuante, latente e estagnada.

- Flutuante: esta forma constitui-se dos trabalhadores que em determinados momentos são repelidos, e em outros atraídos pelo mercado de trabalho nos grandes centros industriais, é composto por pessoas em idade mediana, característica típica da população em situação de rua no Brasil;
- Latente: a forma latente é formada pela massa de camponeses, sujeitos à mecanização e processos de concentração de terras, que se deslocam para as cidades. Ela se expressa nos fluxos migratórios desses indivíduos, que na saída do meio rural, não encontram a contrapartida do emprego no meio urbano. As pessoas em situação de rua, em grande parte, antes de chegarem à situação de desabrigo, vivenciam esta condição.
- Estagnada: a terceira forma é composta pelo exército industrial de reserva em ação, porém em ocupações irregulares, com condições de vida abaixo do padrão

médio da classe trabalhadora. Em geral, as pessoas que a constituem cumprem extensas jornadas de trabalho, recebendo baixos salários e sem garantias de proteção social. Silva (2009) afirma que no Brasil, a maior parte das pessoas que estão em situação de rua assumiram essa forma em algum momento antes na vida, e na condição de rua, muitos ainda a vivenciam ao desenvolverem trabalhos como vigia, catador de materiais recicláveis, lavador de carros, entre outros.

Conforme afirmado anteriormente, o pauperismo é a parte da superpopulação relativa constituída por indivíduos aptos ao trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado. Esse grupo é o que vive em piores condições, sendo seu sustento dependente de transferências de renda ou programas e serviços sociais, custeados pelos impostos de outros trabalhadores ou ainda por organizações filantrópicas. Silva (2009) afirma que atualmente, a quase totalidade da população em situação de rua no Brasil constitui o pauperismo, o restante deles chega no máximo à camada da superpopulação relativa estagnada, sobrevivendo do trabalho precarizado.

A autora traz uma reflexão acerca do movimento geral dos salários, sendo este regulado pela expansão e contração da superpopulação relativa, variando de acordo com as mudanças recorrentes do ciclo industrial. Nas fases de expansão, a superpopulação relativa exerce pressão sobre a parte da classe trabalhadora que encontra-se empregada (exército industrial em ação). Já nas fases de superprodução, a superpopulação relativa regula as exigências dos trabalhadores. Dessa forma, as regras de oferta e demanda engendram-se de maneira totalmente favorável ao capital.

Marx (1988) considera esta dinâmica uma grande artimanha da produção capitalista, uma vez que reproduz não só o assalariado enquanto assalariado, mas reproduz também um exército industrial de reserva de assalariados. Mantendo assim, a lei da oferta e da procura de trabalho no bom andamento para o capital. A oscilação salarial mantém-se restrita aos limites oportunos à exploração capitalista e, conseqüentemente, mantém a indispensável dependência social do trabalhador em relação ao capitalista, uma absoluta dependência. Essas condições são fonte de enriquecimento individual do capitalista e catalisam sua própria reprodução no âmbito da acumulação do capital. Silva (2009, p.67) afirma que

Quanto maior é a acumulação (a riqueza social), maior é também o

contingente absoluto do proletariado e a capacidade produtiva de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. Quanto maior é o exército industrial de reserva em relação ao exército industrial em atividade, maior é a superpopulação relativa. Esta é mais miserável quanto menos é absorvida pelo mercado de trabalho. Quanto maior a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo. Destarte, o crescimento da miséria é proporcional ao crescimento da riqueza.

A autora utiliza a lei geral da acumulação para ratificar suas ideias

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior este exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (MARX, 1988, p.747)

Dessa forma, voltamos às compreensões anteriores que afirmaram ser o exército industrial de reserva essencial ao capitalismo, uma vez que mantém a oferta e procura de trabalho em sintonia com as necessidades de expansão capitalista e é caminho para o pauperismo, já citado como condição para existência da produção capitalista e para a produção da riqueza.

3. EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E ESTÁGIO NO CENTRO POP

Neste capítulo, farei um breve relato sobre minha experiência de trabalho e estágio no Centro POP de Florianópolis/SC, explicando também o funcionamento da instituição e a atuação dos profissionais de Serviço Social.

Enquanto Educadora Social na instituição desde março de 2014 e estagiária durante o mesmo ano, tive a oportunidade de observar as mais diversas situações, atendimentos, conhecendo os mais variados tipos de pessoas e histórias. Estudar essa população encanta pela sua diversidade e por ser uma oportunidade de aperfeiçoar o fazer profissional, no sentido de melhorar o atendimento a essa camada tão acostumada a ser mal atendida por todos os setores da sociedade.

3.1 O Centro POP

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP - está previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, em unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. É voltado especificamente para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O documento Orientações técnicas: Centro de Referência especializado para População em situação de Rua e serviço especializado para Pessoas em situação de Rua (2011) traz que o Centro POP

Deve ser um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada, deve proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. (p.67)

O Centro POP de Florianópolis foi criado em dezembro de 2010, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com os seguintes Serviços:

- Serviço de Abordagem Social (Rua): Proposta de atendimento socioeducativo, com o compromisso de identificar pessoas (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e adultos) em situação de rua. Realizada a identificação é feito o encaminhamento de cada indivíduo para os serviços especializados de acordo com o público-alvo. Possui equipe composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), também possui equipe interdisciplinar, composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais, que acolhem, realizam o atendimento psicossocial, orientações e encaminhamentos para rede socioassistencial do município e fazem o acompanhamento dos usuários que utilizam o serviço com suas mais variadas demandas. São ofertados também alimentação e material para higiene pessoal. Além disso, são feitas orientações para retirada de 1ª ou 2ª via de documentos, contatos com familiares (quando desejado), elaboração de currículos, preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais,

De acordo com o caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2012) o Serviço Especializado para População em Situação de Rua tem como objetivo:

Assegurar acompanhamento especializado, com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de vínculos interpessoais e ou familiares, tendo em vista a construção de outros projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída de rua. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua. (p.67)

Segundo o mesmo documento, os serviços oferecidos pela unidade devem

integrar-se às demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida. (p.10)

As formas de acesso ao serviço se dão por dois meios: *demanda espontânea* e por *encaminhamento* realizado pelo Serviço Especializado de Abordagem Social, ou

de outros serviços, programas, projetos e políticas.

Todas as atividades e serviços disponíveis no Centro POP visam assegurar atendimento e atividades para o desenvolvimento de sociabilidades, com a perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares para pessoas em situação de rua, promover os direitos, acesso a saúde e demais serviços da rede, além da autonomia do indivíduo, inserção social e proteção das situações de violência. Identificar o/os fator/res que levam esses cidadãos às mais diversas violações de direitos e buscar estratégias de superação são tarefas da equipe técnica, da assistente social e da psicóloga, e qualificam-se com o uso dos instrumentais técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos.

Nesse processo é essencial retomarmos o que afirmou FRAGA (2011), que um fator pode ser causa ou consequência do outro. Por exemplo, a ruptura de vínculos familiares pode estar vinculada à falta de emprego ou ao uso e abuso de álcool e outras drogas. Esses fatores de maneira isolada ou conjugada podem conduzir o indivíduo à situação de rua.

Dessa forma, é essencial que a equipe que atende e trabalha com essa população conheça este público, sua multiplicidade de fatores, a fim de que possa buscar o encaminhamento mais eficiente de acordo com cada situação.

3.2 O Serviço Social na instituição

A atuação do Serviço Social no Centro POP de Florianópolis se dá por meio do Serviço Especializado para População em Situação de Rua e o Serviço Especializado de Abordagem Social, na acolhida e acompanhamento dos usuários, ou eventuais atendimentos que se façam necessários.

Não há outros programas ou projetos desenvolvidos atualmente, porém, está em processo de discussão a construção de grupos de encontros com os usuários a fim de instrumentalizá-los sobre os serviços ofertados no Centro POP, sobre a própria Política de Assistência Social e o Regimento Interno da Instituição, construindo a participação que, segundo Lonardoni (2007, p. 41)

[...] é um processo que pressupõe ênfase nos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais, aliado ao desenvolvimento da capacidade humana de introduzir nas agendas públicas e arenas decisórias, a demanda por igualdade de oportunidades, de acesso à informação e a

riqueza socialmente produzida, exigindo, portanto uma participação ativa, ou seja, uma participação que mobiliza, reivindica, manifesta-se.

As principais atividades realizadas pelo Serviço Social estão relacionadas às solicitações de atendimento, preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e ou Familiar, breve relato das ações executadas, participação em reuniões diárias, se for necessário visita a outras instituições, visita domiciliar. A maior parte dos encaminhamentos feitos são referentes a: solicitação de documentos (certidão de nascimento, carteira de identidade, certificado de reservista, título de eleitor, carteira de trabalho), encaminhamento a agências de emprego, Casas de Acolhimento, Albergue, Comunidades Terapêuticas, CAPS, postos de saúde, CAD único, Setor de Benefícios para auxílio de passagem, Previdência Social, etc.

As maiores dificuldades encontram-se a nível estrutural, muitos dos encaminhamentos acabam por se protelar ou deixam de ser feitos pela imensa demanda em proporção às mínimas vagas ofertadas, principalmente, nas Casas de Apoio, Comunidades Terapêuticas e Albergue.

Nosso município dispõe de um único albergue municipal e de um albergue privado, este segundo recebe por ordem de chegada e com horário limitado, apenas cidadãos que não sejam naturais de Florianópolis, não sejam estrangeiros, que possuam documentação com foto e que não tenham registro na polícia. Tal prática reduz abruptamente a abrangência desse público, uma vez que a maioria das pessoas que encontram-se em situação de rua fica fora de, pelo menos, um dos critérios citados.

No municipal, só há abertura de vagas quando alguém deixa o albergue, seja porque conseguiu se organizar e não necessita mais do abrigo ou porque, por algum descumprimento (falta, atraso, brigas), perdeu o direito à vaga. O prazo máximo de estadia é de 45 dias (salvo exceções em casos de acompanhamentos em que este prazo é prorrogado perante avaliação técnica), um tempo curto para que uma pessoa consiga organizar-se social e financeiramente e não necessite mais do acolhimento, deste modo, a maioria das vezes em que temos abertura de vagas, infelizmente, é por algum descumprimento no regimento da instituição.

O Centro POP atende cerca de cento e trinta pessoas por dia, entretanto o

albergue municipal dispõe de apenas quarenta vagas. Então, por mais que se apresente a rede de atendimento socioassistencial do município de Florianópolis, na prática, percebemos o quanto é precária a sua realização.

Deparamo-nos enquanto administradores de misérias (IAMAMOTO, 2005), tendo que escolher, muitas vezes, o pior dentre os piores casos para conseguir realizar o atendimento de forma regular ou meramente satisfatória.

Concordamos então com lamamoto (2005), quando afirma que

se a Assistência Social fosse tratada de forma "satisfatória" pelo Estado por meio de uma gestão racional e eficiente de verbas, poder-se-ia dar conta medianamente da administração da miséria. [...] Um conjunto de medidas burocraticamente administrativas não é capaz de conduzir, por si só, a realização da cidadania [...].

A eficaz e eficiente gestão e desenvolvimento de toda a rede de atendimento, bem como o investimento pensado numa perspectiva de real superação das condições de miséria e violação de direitos, auxiliaria, ainda que não completamente, na atuação do profissional, bem como na efetivação dos direitos dos cidadãos.

Não eventualmente, o Centro POP fica à mercê da vontade particular ou privada da instituição a que pretende direcionar o usuário, ou recebemos respostas negativas, ou desconhecemos os procedimentos e os princípios norteadores dessas instituições. Por exemplo, as comunidades terapêuticas apresentam diversificadas metodologias de tratamento contra as drogas, muitos usuários desistem e relatam que são forçados a seguirem doutrinas religiosas e participar efetivamente de suas celebrações para seguirem o tratamento, mesmo que estas práticas não estejam de acordo com seus princípios e valores pessoais.

Sabemos que a influência das igrejas/religiões esteve presente desde a gênese das políticas sociais, principalmente no que diz respeito à população em situação de rua, e não é diferente na atual conjuntura. Muitas das instituições conveniadas à prefeitura possuem caráter religioso, e é fácil perceber o quanto os usuários têm dificuldades de compreender os serviços como direitos, concebendo-os repetidamente como favores ou caridade. Costumam partir de uma lógica de merecimento ou da boa vontade de quem lhes oferta para a concessão daquele direito básico, sem compreender que isto lhe pertence enquanto cidadãos.

Construir junto aos usuários essa concepção de que eles são cidadãos de direitos, torna-se mais um desafio ao Serviço Social em nossa instituição, como em vários outros campos de atuação. Conforme ratifica Escorel (1999, p.76)

A exposição à situações de vulnerabilidades socioeconômicas gera precariedade no acesso a direitos legais e obstáculos ao exercício da cidadania. Embora os direitos sejam iguais para todos, o acesso a eles é facilitado ou não por fatores inerentes à posição social. Pessoas submetidas a carências extremas estão aprisionadas pela busca de satisfação de necessidades imediatas, sendo isto um “obstáculo à apresentação na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos.”

Assim, na instituição, cabe ao Serviço Social, para além da satisfação das necessidades imediatas apresentadas pelos usuários, através do acolhimento/acompanhamento, conjuntamente com as aspirações de cada indivíduo, construir uma atuação que supere a violação dos direitos, na busca da garantia de dignidade a esses cidadãos, além de atuar na viabilidade das condições de acesso aos objetivos apresentados individual ou coletivamente por eles.

3.3 A relação com a categoria trabalho e o interesse pela pesquisa

Como relatado na introdução desta monografia, a categoria Trabalho é tratada desde as primeiras fases do curso de Serviço Social, despertando bastante interesse no tema, uma vez que o consideramos essencial para sociabilidade humana. A combinação da categoria com a população em situação de rua surgiu a partir do emprego e estágio no Centro POP, uma vez que ao ouvir falar de trabalho lá, era sempre em seu sentido moralizador, o trabalho como condição para merecimento de mais ou menos direitos. São constantes, entre os próprios usuários, falas como “quem trabalha merece vaga no albergue mais do que quem não trabalha” ou “quem trabalha pode passar na frente nas filas”.

O trabalho enquanto condição essencial para a sociabilidade humana sequer é refletido na instituição, por outro lado, enquanto mercado, formalidade (que gera direitos previdenciários, dentre outros) também não consegue ser garantido aos usuários que se interessam por esta possibilidade. A competitividade que já é grande para quem procura trabalho tendo uma casa e uma rede de relações de apoio, torna-se ainda mais perversa para quem se encontra em situação de rua.

Na realidade em que atuo, consigo ver pura e intensamente a crescente formação da categoria exército industrial de reserva, e seu reflexo no processo de pauperização desta parcela da população.

Compreendo que o cotidiano traz grande limitação para o atuação das assistentes sociais, que muitas vezes passam semanas somente atendendo demandas referentes à competitividade de vagas para o albergue. Dessa forma, um momento para reflexão do trabalho em sua essência torna-se raro dentre os afazeres diários e as demandas imediatas dos usuários.

Foi com o objetivo de estudar o trabalho em sua essência, para além do mercado de trabalho, que decidi realizar essa pesquisa, e compreender de que maneira o processo de trabalho na sociedade capitalista influencia na produção e a reprodução do fenômeno população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, ficou marcada a qualidade de debates, assuntos e lutas que me encantaram desde o ingresso, no ano de 2010.

É consideração recorrente em minha fala que todas as pessoas do mundo deveriam fazer Serviço Social antes de cursar qualquer faculdade, isto é, estudar para a vida. Essa trajetória me trouxe imensas reflexões, desfez paradigmas e preconceitos.

Entretanto, durante toda a graduação, nenhuma disciplina abordou a questão das pessoas em situação de rua, fato que se tornou relevante para mim somente a partir do ano de 2014 quando fui aprovada em um concurso público para atuar como Educadora Social no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua do município de Florianópolis.

Trabalhar com essa população nos transforma, transforma nosso olhar em relação ao outro. Caminhar pelo centro da cidade nunca mais foi a mesma coisa. Os olhos que antes só viam pessoas aglomeradas ou espalhadas pelas praças, hoje reconhece praticamente todos e cada um deles pelo nome e sobrenome, por história de vida, por dificuldades e por qualidades. Desde então, procuro levar essa temática para todos os debates em sala de aula, em grupos de amigos, enfim, em todos os espaços de participação.

Conforme as análises apresentadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, observamos que o fenômeno PSR, expressão radical da questão social, surge num período de expropriação de terras e bens dos trabalhadores rurais e camponeses. Diante desta situação, iniciam uma migração do campo para os grandes centros urbanos com o objetivo de serem contratados pelas indústrias e melhorarem suas condições de sobrevivência. Entretanto, esse contingente que se moveu para as cidades não foi totalmente absorvido pelas indústrias e começou a compor o denominado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, vivendo em condições de extrema pobreza.

A parcela de trabalhadores desempregada foi fundamental para o capitalismo, pois tornou possível oferecer trabalhos precários e salários baixos, aumentando seu índice de riqueza. Esses cidadãos não conseguiram atender suas exigências mínimas de sobrevivência, possuíam condições de trabalho e renda incapazes de

atender suas necessidades básicas. Essa condição levou muitas pessoas a utilizar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Posto isso, compreendemos a população em situação de rua como um fenômeno inerente à sociedade capitalista, resultante de seu processo de trabalho, a partir da produção de um exército industrial de reserva. Essas pessoas passam, então, a utilizar as ruas e demais logradouros públicos como espaço de moradia e sobrevivência.

Vivemos em uma sociedade que encarnou a máxima de que “o trabalho dignifica o homem” e, a partir disso, quem não trabalha torna-se vadio, vagabundo ou “encostado”. Longe de negar a centralidade do trabalho na vida dos seres humanos, questionamos aqui a dignificação no trabalho que explora, esgota e aliena o trabalhador. A dignificação que separa a classe trabalhadora e que rivaliza os que conseguem e os que não conseguem emprego.

Durante a monografia foi possível compreender o processo responsável por, além de superexplorar o trabalhador que está em atividade, garante a permanência de uma parcela da população no desemprego, formando o que chamamos de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, fenômeno intrinsecamente ligado ao surgimento e manutenção da PSR.

Quando compreendemos que este processo é essencial para a continuidade e expansão do sistema capitalista, nos despimos dos conceitos que culpabilizam esses indivíduos por sua condição, e entendemos que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à produção deste exército, chegando aos níveis mais extremos de pobreza e ao pauperismo.

Com esta leitura, podemos concluir que de maneira alguma é exclusiva a responsabilidade individual do sujeito a sua condição, e sim de uma realidade engendrada no âmbito da produção coletiva de riqueza, mas em sua apropriação de maneira privada.

Desde crianças, somos acostumados a ouvir sobre a importância de se trabalhar. Sempre que o caráter de alguém é posto à prova ouvimos “mas eu sou trabalhador”. Vivenciamos uma rivalidade entre quem tem emprego e quem não tem, entre os que são considerados “vagabundos” e os que têm a honra do emprego. Perde-se, nesse contexto, a consciência de que somos todos, empregados ou não, parte da classe trabalhadora.

O exército industrial em atividade sabe que se exigir mais direitos do

capitalista pode perder seu posto para aqueles que constituem o exército industrial de reserva. Nos dizem sempre que temos todos que trabalhar, mas não explicam que não há e nunca haverá oportunidade para todos em uma sociedade capitalista, que essa é sua lógica e que faz parte dela, para que possa funcionar, que haja pessoas sem trabalho.

Dentro dessa camada da população fora do mercado de trabalho, destacamos as pessoas em situação de rua, que constituem manifestação incontestada das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Essas pessoas são duas vezes julgadas, primeiro por não terem emprego formal e segundo por encontrarem-se na situação de rua. Quando assimilamos as engrenagens do processo de trabalho na sociedade capitalista nos damos conta que essa parcela da população é ingrediente fundamental para seu desenvolvimento e expansão. Portanto, a sua produção e reprodução é de grande interesse do capital e não a sua superação, pois para superarmos a situação de rua, e antes a produção do exército industrial de reserva, é necessário que eliminemos o sistema em todos os seus processos de exploração do homem pelo homem.

Maria Lucia Lopes da Silva (2009) discute o trabalho regular como referência material, psicológica e cultural das pessoas. O desemprego aparece como o principal motivo da situação de rua, seguido da ruptura dos vínculos familiares. Ela conclui a partir das pesquisas oficiais realizadas com este segmento populacional, que o trabalho tem centralidade na vida dessas pessoas e que as relações que elas passam a desenvolver com o trabalho na rua tendem a ser cada vez mais precárias e subumanas. Mesmo nessas condições, o trabalho é relevante em seu imaginário, representando a ideia de desenvolvimento, poder, superação e felicidade.

O presente estudo mostra, com base em análises frequenciais realizadas a partir da fala de 82 sujeitos entrevistados, que, para um universo significativo (41,46%), o trabalho está associado ao desenvolvimento, crescimento pessoal, possibilidade de inserção e felicidade. São várias as referências de que o trabalho é essencial para a vida, faz com que a pessoa se sinta bem, possibilita crescimento na vida, possibilidade de “levantar-se”, de “realizar sonhos”. O trabalho é associado à ideia de saúde, de acesso ao lazer, de qualidade de vida, de segurança, a possibilidade de trabalhar é associada à possibilidade de novas perspectivas de vida, melhora de autoimagem, possibilidade de “estar bonito e ser admirado”. “Trabalho é coisa linda, é tudo na vida.” “Trabalho é essencial ao homem, para sentir-se bem em qualquer lugar.” “Trabalho é independência, é ter direitos, é andar arrumado.” “Trabalho é andar na sociedade, é não ser marginal.” Por outro lado, a ideia de perda de trabalho é relacionada a perda de identidade,

perda de condições de vida e de autoestima: “não trabalhar é estar pesado, morto” [...]; para 12,2% o trabalho é apenas associado a meio de subsistência, possibilidade de sobrevivência e consumo [...]; um contingente de 9,7% reduzem a ideia de trabalho a possibilidades precárias ou ao âmbito doméstico [...]; para 8,5% das respostas verificas-se a predominância, em termos de significado da dificuldade de acesso, “não me pergunte, está me ofendendo”, “nem me lembro mais”, “está ruim”, “difícil de conseguir” [...], para 4,8% dos entrevistados o trabalho representa uma alternativa para a solução de outros problemas ou assume caráter metafísico, “é bom para estar ocupado”, “para não beber”, “para não roubar” (Porto Alegre, 1999, p.18)

As falas apresentadas carregam a importância do trabalho na vida dessas pessoas, bem como a expectativa diante das outras oportunidades que o trabalho pode proporcionar em suas vidas. Conforme Silva(2009), ratifica a centralidade do trabalho na história da humanidade, seja qual for sua forma social. Ressalta ainda, a capacidade da categoria em reproduzir a vida material e as relações sociais na sociedade capitalista.

Conjugando essa situação com a atuação do Estado, percebemos durante este trabalho, o baixo alcance das políticas sociais a esta população. Para além do preconceito que sofrem e da estigmatização que os rotula e discrimina, não podemos esquecer que a existência da PSR enquanto constituinte do exército industrial de reserva é ingrediente fundamental no processo de produção capitalista e alimenta a acumulação do capital.

Assim, percebemos que a omissão do Estado capitalista no enfrentamento do fenômeno tem relação com a própria natureza do capitalismo e se desenvolve à medida que mantém as condições para sua reprodução. Ou seja, a atuação do Estado se dá no sentido de garantir a manutenção da superpopulação relativa, nos limites que interessam ao capital. Retomo aqui à realidade do Centro POP de Florianópolis, que funciona de segunda a sexta-feira apenas em horário comercial, em local isolado na cidade, ou seja, enquanto o comércio está aberto, estas pessoas não devem atrapalhar o seu funcionamento. Após o horário comercial, elas podem voltar a ocupar o centro, sem atrapalhar o lucro dos comerciantes e o turismo da cidade.

A falta de políticas integrais que atendam a PSR reforça a ideia de que o Estado atua de modo conveniente ao capital, uma vez que as ações muito pouco atendem as necessidades dessas pessoas, limitando-se a atendimentos pontuais de alimentação e higiene, sem ampliar-se a um atendimento integral que englobe

assistência social, saúde, educação e habitação.

Conforme Silva (2009), o Estado atende essencialmente aos interesses da acumulação capitalista, mantendo a classe trabalhadora sob um padrão mínimo de vida, que assegure tão somente a sua reprodução para continuar submissa às ambições do capital. Dessa maneira, a resistência na implementação de políticas sociais para este segmento apto ao trabalho, mas que não trabalham por limitações do próprio sistema, denota uma conjugação de interesses, uma vez que é esta parcela não empregada que garante os baixos níveis salariais e o aumento da riqueza socialmente produzida que é apropriada de maneira privada.

Por fim, após as reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, concebendo que o fenômeno PSR é inerente à produção capitalista e só pode ser superada se este sistema também for, nos cabe pensar como atuar de maneira a reduzir ao máximo sua reprodução, proporcionando a esses cidadãos a consciência de seus direitos, promovendo a luta pela superação do sistema vigente, através de políticas sociais efetivas e da participação popular.

Devemos lembrar também os outros fatores que conduzem à situação de rua apresentados anteriormente, como a ruptura dos vínculos familiares, o alcoolismo, a drogadição e a doença mental e refletir como trabalhar com eles.

Certamente não há uma receita pronta para que possamos alcançar esse objetivo, desta forma o constante estudo acerca da PSR, do trabalho, e dos processos que engrenam a sociedade capitalista se torna essencial para a construção de um projeto societário que elimine a exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.19, 2002. p. 71-94 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf> Acesso em: 20/10/2015

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 2005

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. *Trabalho, alienação e estranhamento em Marx: uma contribuição à educação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: Os moradores de rua em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

_____. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos pra qual cidadania? *Serviço Social & Sociedade*, n.79, p.108-132. São Paulo, Cortez, nov. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. *Relatório Final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua*. Volume II – Resultados. Brasília: MDS/META, mar. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua para Consulta Pública*. Brasília: MDS, ago. 2008.

_____. *Caderno de Orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a população em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua*. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF, set. 2011.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução: Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998. (Col. Zero à Esquerda).

COSTA, Ana Paula Motta. População em Situação de Rua: contextualização e caracterização. In: *Revista Virtual Textos & Contextos*. n. 4., dez.2005.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993>> Acesso em: 20/10/2015

SCOREL. Sarah. *Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 139-171

_____. *Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FRAGA, Patrícia. “A rua de todos”: Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A Questão Social no capitalismo. *Temporalis*, ano II, n.3, p. 09-32, Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LONARDONI, E. et .al. *Contribuições do Serviço Social na Perspectiva de Mudança da Realidade*. Monografia (Bacharelado em Serviço Social), Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente: 2007.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. vol. 1, tomo 2. São Paulo, 1984.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *O Capital*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. vol. 1. tomo 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 71-123.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A história dos homens. In: *História*. FERNANDEZ, F. (org.), São Paulo, Ática, 1983.

_____. *A ideologia alemã*. Tradução: L. Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Juventude: Novo alvo da exclusão social. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p.121-138

NETTO. José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*, ano II, n.3, p.41-50. 2.ed. Brasília. ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Em Pauta*, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ed. Revan, n.19, p.135-170, 2007

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. *Criminalização da Mendicância e a Realidade da População de Rua no Brasil*. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, jul. a ago. de 2010.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Serviço de Psiquiatria. *Relatório de resultados: Pesquisa de condições sociais e de saúde mental de moradores de Porto Alegre*. Porto Alegre: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre População de Rua – NESPRua, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: Repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SILVA, Maria Lucia Lopes da, *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

TRASPADINI, R.S. *A teoria da (inter)dependência de FHC*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (orgs.). *População de rua: Quem é, como vive, como é vista*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

